

Relatório de Atividades

2017

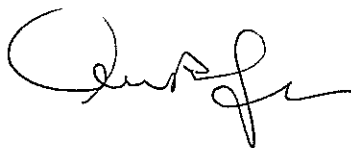
DESPACHO

Na sequência da audição realizada junto dos membros do Governo responsáveis pelas autarquias locais e pelo ambiente, e ao abrigo das competências delegadas por S.Ex^a o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas pelo Despacho n.º 2312/2016, publicado na 2.ª série do Diário da República de 16 de fevereiro, homologo a menção de “Desempenho Bom” relativo ao ano de 2017 à CCDR Alentejo, conforme proposto pela Informação PLAV/852/2018, de 10 de setembro, da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

Transmita-se à CCDR Alentejo e à Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.
Dê-se conhecimento aos membros do Governo acima referidos.

Lisboa, 11 de fevereiro de 2019

O Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão



(Nelson de Souza)

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	3
NOTA INTRODUTÓRIA.....	4
I ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS E AUTOAVALIAÇÃO	6
1 Análises dos Resultados e Desvios.....	6
1.1 Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR)	6
1.1.1 Alteração de objectivos, indicadores e metas	6
1.1.2 Análise dos resultados e desvios.....	8
2 Avaliação Global das Actividades	11
2.1 Plano de Actividades	11
2.2 Actividades não Previstas no Plano.....	15
2.3 Alinhamento e sustentação entre objectivos do QUAR e do Plano de Actividades	15
3 Afectação real e prevista dos recursos (Balanço Social, Relatório Anual de Actividades de Formação na Administração Pública (RAF) e Orçamento.....	16
3.1 Recursos Humanos	16
3.2 Recursos Materiais	19
3.3 Recursos Financeiros	19
3.4 Grau de realização dos programas de formação, com inclusão de indicadores e taxas ..	21
3.4.1 Relatório da formação profissional 2017.....	21
4 Satisfação dos Stakeholders Externos	25
5 Apreciação por parte dos dirigentes intermédios e demais trabalhadores.....	27
6 Avaliação do Sistema de Controlo Interno	29
7 Comparação com o Desempenho de Serviços Idênticos.....	30
8 Análise das Causas de Incumprimento e Medidas para um Reforço Positivo	30
II OBRIGAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO	32
9 Publicidade Institucional.....	32
10 Gestão Patrimonial	32
11 Medidas de Modernização Administrativa.....	33
III AVALIAÇÃO FINAL	34
12 Execução Global do Plano e articulação com o Programa do Governo	34
13 Apreciação Qualitativa e Quantitativa dos Resultados Alcançados	39
14 Descrição dos Mecanismos de Participação e Auscultação dos Clientes Internos e Externos	40
15 Conclusões Prospectivas e Plano de Melhorias a Implementar.....	42
ANEXO I - ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	45
ANEXO II – BALANÇO SOCIAL E RELATÓRIO DE FORMAÇÃO	52

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório visa apresentar os resultados do cumprimento das actividades planeadas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, para o ano de 2017, nos termos estabelecidos pelo Decreto-lei nº 183/96, de 27 de Setembro, conjugado com o disposto na alínea e) do nº 1 do artigo 8º da Lei 66-B/2007, de 28 de Dezembro, na redacção actual.

Neste contexto, será de salientar que em 2017 a CCDRA deu enfoque, conforme planeado, à dinamização de políticas públicas, nomeadamente no que concerne à contribuição para a gestão adequada do território, ao nível regional, no âmbito do desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial. Estas políticas traduziram-se também no enfoque que foi dado à promoção da cooperação e apoio técnico às autarquias locais e suas Associações, à dinamização da cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional, à melhoria do desempenho organizacional numa perspectiva de aproximação aos *stakeholders* externos assim como à optimização na aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuído à região.

Em todas as práticas, foram tidas em conta as especificidades do território, dos seus recursos e valores naturais e ambientais que no Alentejo, se constituem como o seu maior e mais valioso activo para o desenvolvimento pelo que a sua preservação, utilização e gestão racionais são condição e garante da sua valorização e da competitividade sustentável.

Foram tidos em conta os seis objectivos estratégicos definidos no plano, que se concretizaram através de catorze objectivos operacionais, cinco dos quais, por corresponderem às acções com maior expressão em políticas públicas relevantes, foram seleccionados para o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR).

Foram garantidos, os alinhamentos preconizados, entre os objectivos operacionais e os objectivos estratégicos e, entre o Plano Anual de Actividades e o QUAR.

Durante o ano, foram garantidas as monitorizações previstas (trimestrais do QUAR e semestral do Plano de actividades), tendo sido envolvidas todas as Unidades Orgânicas, numa perspectiva crítica de auto avaliação, visando a melhoria contínua.

Assim, de forma sumária, podemos considerar que os resultados alcançados são positivos, tendo-se, no âmbito do QUAR, obtido resultados mais relevantes nos parâmetros de qualidade (137,5%) e menos relevantes nos parâmetros de eficácia (100%), donde resultou a avaliação final de 113,4, ao que corresponde a proposta de menção qualitativa de Bom.

Quanto ao grau de cumprimento das actividades, de referir que cerca de 83% das actividades tiveram resultados positivos, sendo que cerca de 52% superaram a meta prevista.

Algumas acções previstas, não cumpriram as metas ou não se realizaram, por constrangimentos externos aos serviços, adiante identificados. Alguns constrangimentos deveram-se também a alterações de política interna e outras a morosidade nalguns procedimentos, pelo que a organização vai continuar a apostar na melhoria do processo de planeamento, na promoção do desenvolvimento e inovação interna, bem como na formação, qualificação e motivação dos colaboradores. Assim, os grandes desafios para o futuro continuam a assentar na inovação nos processos de gestão interna, na melhoria da comunicação interna e externa e na melhoria continua da gestão organizacional, com vista à concretização cabal da missão da CCDRA, reforçando o seu funcionamento integrado.

NOTA INTRODUTÓRIA

Em cumprimento do estabelecido no artigo 5º nº 1 da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, alterada pelas Leis nºs 55-A/2010, de 31 de Dezembro e 66-B/2012, de 31 de Dezembro, o presente relatório reporta os resultados alcançados no ano de 2017, relativos aos objectivos definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), bem como a sua ligação ao cumprimento da Missão e dos Objectivos Estratégicos fixados, em consonância com as políticas e medidas definidas no Programa do governo, nas Grandes Opções do Plano e na Lei do Orçamento do Estado para 2017.

Em termos de orientações gerais, foi tido como prioridade o enfoque na inovação na Administração Pública, tanto pela aplicação de novas ideias, como pela utilização das potencialidades abertas pelas tecnologias de informação e comunicação, no intuito de melhorar a eficiência e a qualidade do serviço prestado, pelo que a CCDRA durante o ano de 2017, nesta temática, investiu sobretudo na Segurança da Informação e na Reorganização dos Arquivos

Em termos específicos, as orientações dadas à CCDRA encontram-se sistematizadas na sua missão:

Executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, assim como o planeamento estratégico regional e o apoio às autarquias locais e suas associações, num quadro de sustentabilidade e de optimização dos recursos disponíveis, para o que a gestão de fundos estruturais é um contributo decisivo.

Assim, no ano de 2017, esta CCDR no âmbito do ambiente esteve envolvida essencialmente em actividades de natureza preventiva relativamente aos potenciais impactes negativos, nomeadamente, da actividade económica, e, simultaneamente através de medidas de minimização, compensação e mitigação das consequências inevitáveis de processos complexos de desenvolvimento.

Ciente da sua responsabilidade nestas matérias e também na territorialização das políticas públicas sectoriais, a CCDRA desenvolveu esforços no sentido não só de elaborar estratégias regionais e seus respectivos planos de acção para as principais e mais prioritárias áreas de intervenção, como também de promover novos modelos de governação, mais eficazes, eficientes e com maior integração da participação pública.

Procedeu-se também a recolha de dados, ao seu tratamento e à sua sistematização para produção de conhecimento, dada a sua importância na identificação dos problemas e na formulação das políticas públicas e das estratégias regionais, bem como na monitorização e avaliação da sua implementação.

Quanto às políticas de ordenamento do território, houve um enfoque na alteração ao Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, determinada pela RCM 44/2016, de 23 de Agosto, que incide especialmente num novo programa de acção para 10 anos e respectivo regime de gestão, acompanhamento e monitorização. A CCDRA teve ainda uma participação activa como ponto focal do desenvolvimento dos trabalhos, e também na operacionalização da

recente reforma legislativa em matéria de ordenamento do território e urbanismo, porquanto foi necessário definir o processo de integração, nos PDM, das normas vinculativas dos particulares constantes dos actuais planos especiais.

Foi acompanhada a evolução de vários indicadores representativos do desenvolvimento regional sendo este encarado como um dos desafios mais relevantes, tendo em conta a sua transversalidade, a sustentabilidade, nas suas diferentes dimensões, considerando a coesão da região. São relevantes os crescentes e significativos investimentos públicos e privados na nossa região que têm vindo a afirmar a competitividade deste território, nomeadamente, nas áreas da agricultura, das indústrias agro alimentar, aeronáutica, extractiva e de refinaria, bem como na do turismo e das energias renováveis. A definição e monitorização dos indicadores foram essenciais para aferir da eficácia das políticas.

Também foram assegurados os apoios necessários para eleitos e trabalhadores autárquicos, decorrentes da complexidade especial verificada na nossa normal tarefa de assessoria técnica às autarquias locais ou de regimes legais inovadores.

A aplicação e gestão de fundos comunitários, no âmbito do Programa Operacional Regional permitiram a utilização deste instrumento relevante sem o qual a região não teria evoluído da mesma forma, tendo também o seu acompanhamento e monitorização sido relevante para a análise e avaliação dos efeitos da aplicação dos fundos no Alentejo.

Pode afirmar-se que durante o ano de 2017 a CCDRA prestou um Serviço Público de qualidade aos nossos parceiros e utentes. Para isso foi importante ter Pessoas motivadas e empenhadas, pelo que foi feito um esforço de actualização de competências através da formação, tendo sido dada uma especial atenção à gestão de Recursos Humanos, enquanto elemento central da nossa actividade e da nossa organização.

I ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS E AUTOAVALIAÇÃO

1 Análises dos Resultados e Desvios

1.1 Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR)

A concretização da estratégia estabelecida para o exercício de 2017 para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional consubstancia-se no seu Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) e no seu Plano de Actividades. Trata-se dos dois principais suportes para a auto-avaliação das organizações, conforme consta do quadro legislativo referente ao SIADAP, designadamente a Lei nº 66-B/ 2007 de 28 de Dezembro, o Decreto-lei nº 183/96, de 27 Setembro, bem como as orientações e Notas Técnicas emanadas da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Assim, é da análise dos resultados do QUAR que decorre a menção avaliativa proposta pelo dirigente máximo do serviço quanto à auto-avaliação da respectiva organização.

O grau de execução do Plano de Actividades complementa a análise global do desempenho, no quadro do planeamento oportunamente efectuado, constituindo-se igualmente como um contributo relevante para a auto-avaliação da CCDR Alentejo.

Como orientação geral, procurou-se que estes instrumentos de planeamento estratégico organizacional, respondessem a uma lógica de unidade organizacional e de linearidade de objectivos entre os diversos níveis de gestão, havendo um alinhamento claro entre os mesmos. O Quadro de Avaliação e Responsabilização e Plano de Actividades proposto para a CCDR Alentejo para 2017 foram aprovados pela tutela em 08 de Janeiro de 2018, por despacho do Senhor Secretario de Estado de Desenvolvimento e Coesão.

1.1.1 Alteração de objectivos, indicadores e metas

A reformulação do QUAR carece de validação prévia da SGPCM e posterior aprovação pela tutela. Os pressupostos que fundamentam a reformulação do mesmo, resultam da conjugação da alínea d) do art. 8º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, com o disposto no ofício Circular 13/ GDG/08 da DGAEP.

Na sequência do exercício de monitorização do QUAR 2017, a CCDR Alentejo apresentou, de forma fundamentada, uma proposta de alteração do Indicador 5_ *“Percentagem de decisões com um desvio não superior a 10% face ao prazo estabelecido nos avisos, associado ao Objectivo Operacional 3 – Optimizar a Aplicação dos fundos Estruturais na Região.”*

Esta proposta de alteração, sustentada em fundamentos supervenientes durante o ano de 2017 e não susceptíveis de previsão aquando da elaboração do QUAR e, sendo um objectivo comum a todas as CCDR’S, levou a que fosse determinante solicitar o seu ajustamento tendo no entanto, sido objecto de decisão positiva antes do final de 2017, pelo que o QUAR que se apresenta e analisa neste Relatório, corresponde à versão aprovada pela tutela. O referido indicador foi substituído por: *“Valor reembolsado pela CE”*, uma vez que foi considerado mais pertinente este indício. Por seu lado, foi igualmente motivo de alteração, a meta do indicador 6: *Rácio de pagamentos efectuados*, que passou de 16 para 17%, por orientação da tutela.

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO
ANO : 2017
Ministério :Ministério do Planeamento e Infraestruturas
Designação do Serviço: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Missão: Executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, assim como o planeamento estratégico regional e o apoio às autarquias locais e suas associações, num quadro de sustentabilidade e de optimização dos recursos disponíveis, p
Objectivos estratégicos (OE):

- OE1: **Dinamizar ao nível regional as políticas de desenvolvimento nos domínios económico, social, ambiental e territorial**
- OE2: **Optimizar a aplicação dos fundos comunitários atribuídos à região e de outros investimentos públicos.**
- OE3: **Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados**
- OE4: **Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações**
- OE5: **Dinamizar a cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional**
- OE6: **Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos stakeholders externos.**

Objectivos Operacionais

Eficácia											30 0	
01	Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais no âmbito do desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial										Relevante	Peso: 100%
	INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Unid.	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
1	Prazo de entrega de relatório anual			90	7	60	60%	dias	97	100%	Atingiu	
2	Prazo de entrega de relatório semestral			273	7	242	40%	dias	280	100%	Atingiu	
Eficiência											40 0	
02	Promover o planeamento estratégico e a concertação das políticas publicas de base regional										Relevante	Peso: 30%
	INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Unid.	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
3	Índice de reuniões de trabalho da equipa técnica			90	5	100	60%	%	90	100%	Atingiu	
4	Prazo de entrega do relatório de diagnóstico regional			345	20	320	40%	dias	341	100%	Atingiu	
03	Optimizar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região										Relevante	Peso: 40%
	INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Unid.	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
5	Valor reembolsado pela CE			71,5	18	95	50%	ME	75,45	100%	Atingiu	
6	Rácio pagamento programado			17	7	26	50%	%	10,73	100%	Atingiu	
04	Optimizar o apoio técnico às autarquias locais e suas associações										Relevante	Peso: 30%
	INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Unid.	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
7	Percentagem de pedidos de parecer despachados até 30 dias úteis face ao total de pedidos entrados no ano			55	5	69	60%	%	62,7	114%	Superou	
8	Nº de acções de esclarecimento às autarquias locais			2	1	3	40%	nº	3	125%	Superou	
qualidade											30 0	
05	Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e ambiente										Relevante	Peso: 100%
	INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Unid.	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
9	Taxa de cobertura territorial das acções de sensibilização	13		75	10	100	50%	%	125	150%	Superou	
10	Número de acções de sensibilização sobre matérias de ambiente e ordenamento	13	5	7	2	10	50%	nº	10	125%	Superou	

OBJECTIVOS MAIS RELEVANTES:

- 01 - Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais no âmbito do desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial
- 03 - Optimizar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região
- 05 - Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e ambiente

Recursos Humanos

Designação	Pontuação	Planeados	Realizados	Desvio
Dirigentes - Direcção superior	20	180	160	-20
Dirigentes - Direcção Intermédia e Chefes de Equipa	16	336	304	-32
Técnico superior - (inclui especialistas de Informática)	12	1164	1176	12
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	9	18	18	0
Assistentes Técnicos (inclui Técnicos de Informática+ Vigilantes da Natureza)	8	384	376	-8
Assistente operacional	5	55	50	-5
Total		2137	2084	-53

Recursos Financeiros

Designação	Planeados	Executados	Desvio
Orçamento de Funcionamento	4.153.858	3.972.571	-181.287
Despesas com Pessoal	3.819.858	3.734.726	-85.132
Aquisição de Bens e Serviços	286.375	231.162	-55.213
Outras Despesas Correntes	47.625	6.683	-40.942
PIDDAC	3.754.995	2.836.207	-918.788
Outros valores	0	0	0
Total (OF + PIDDAC + Outros)	7.908.853	6.808.778	-1.100.075

Indicadores - Fonte de Verificação

Ind 1	Sistema de Gestão Documental
Ind 2	Sistema de Gestão Documental
ind 3	Base de dados da DSOT
ind 4	Base de dados da DSOT
ind 5	AD&C e AG do POR ALENTEJO 2020
ind 6	AD&C
ind 7	Base de dados da DAJ; SGD
ind 8	Base de dados da DAJ e da DFLM
ind 9	Ofício de comunicação da acção ao Presidente do Município
ind 10	Ofício de comunicação da acção ao Presidente do Município

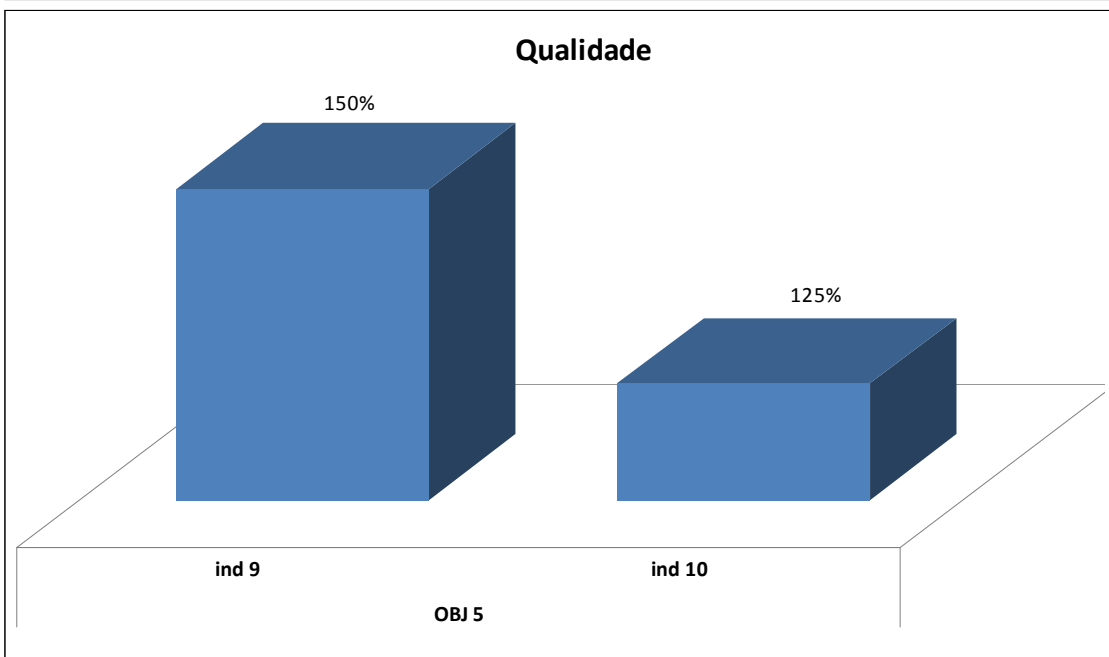
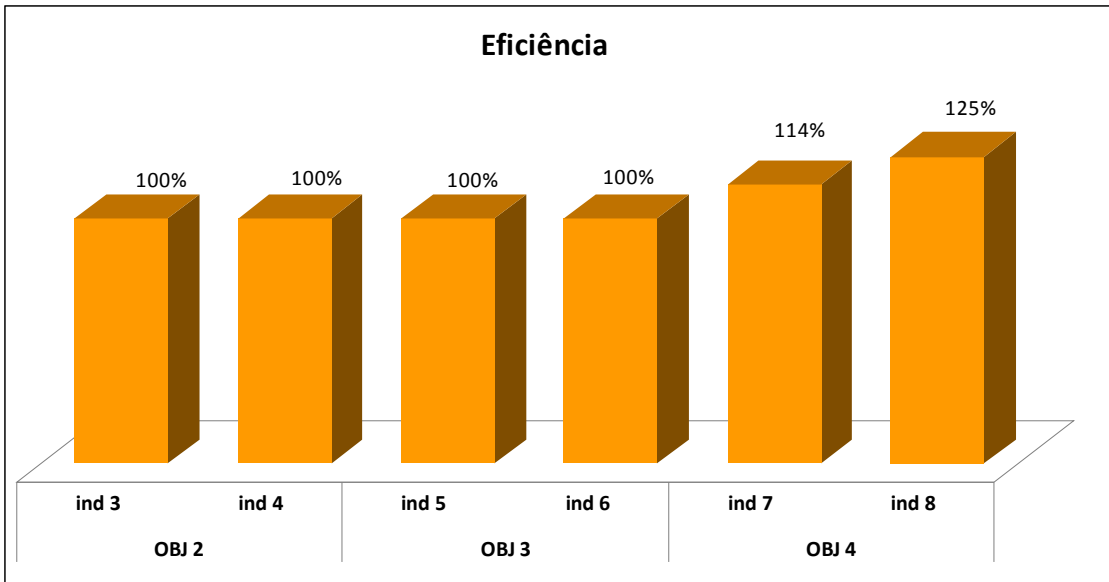
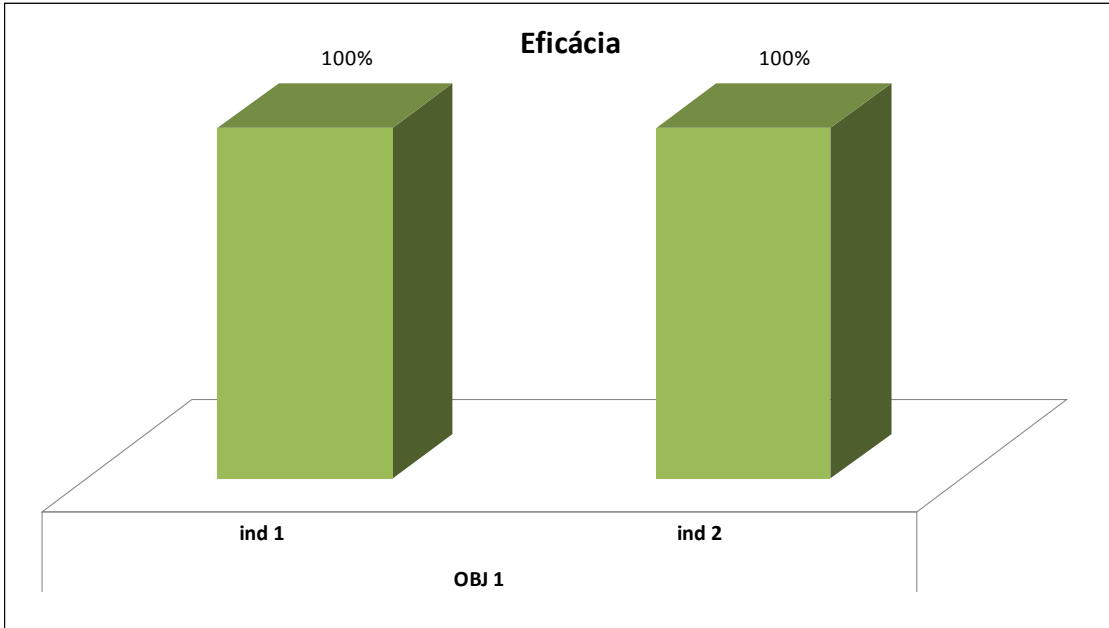
1.1.2 Análise dos resultados e desvios

Para 2017 foram considerados 6 Objectivos Estratégicos que consolidam a estratégia considerada e orientam as actividades a desenvolver pela CCDR no seu QUAR e Plano de Actividades neste ano. Surgem 5 Objectivos Operacionais desagregados em 10 indicadores de avaliação bem como os recursos humanos previstos e financeiros e materiais disponíveis para suporte dos resultados alcançados.

Dos dez indicadores, seis foram cumpridos e quatro superados, tendo sido superado o valor de ponto crítico do indicador 09: *Taxa de cobertura territorial das acções de sensibilização*, em que devido à realização de um numero superior de acções face ao previsto, levou a que tivesse havido áreas duplamente abrangidas. Todas estas situações traduziram-se de forma quantitativa numa taxa de execução QUAR de 113,4%, valor ligeiramente superior ao resultado do ano anterior (102,5%).






No que respeita à taxa de execução por natureza de objectivos operacionais os resultados foram:

- ◆ Eficácia: 100,0%, para o que concorreram as taxas de execução de 100%, para ambos os Objectivos Operacionais “Prazo de entrega de relatório anual ” e “Prazo de entrega de relatório semestral”.
- ◆ Eficiência: 105,5%, para o que concorreram as taxas de execução de 100%, 100% e 119,5% dos Objectivos Operacionais “ Promover o planeamento estratégico e a concertação das políticas de base regional”, “Optimizar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região” e “Optimizar o apoio técnico às autarquias locais e suas associações”.
- ◆ Qualidade: 137,5%, para o que concorreu o Objectivo Operacional “Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território, e ambiente”.



No que respeita à realização alcançada pelos objectivos relevantes, todos foram atingidos: Objectivo 01 – “Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais no âmbito do desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial”-100 %, o Objectivo 03 – “Optimizar a aplicação dos Fundos Estruturais da Região” com 100,0 % e Objectivo 05 – “Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território, e ambiente” com 137,5% .

O presente QUAR tem três objectivos com histórico, designadamente o objectivo 03 – “Optimizar a aplicação dos Fundos Estruturais da Região”, objectivo 04 – “Optimizar o apoio técnico às autarquias locais e suas associações” e objectivo 05 - : “Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e do ambiente”.

Parâmetros	Objectivos	Desvios %	Tendência
Eficácia	Objectivo1	0,0%	
	Objectivo2	0,0%	
Eficiência	Objectivo3	0,0%	
	Objectivo4	18,3%	
	Objectivo5	37,5%	

PARAMETROS					
AVALIAÇÃO GLOBAL					
Eficácia		Eficiência		Qualidade	
Ponderação	30	Ponderação	40	Ponderação	30
	100,0%		105,5%		137,5%

AVALIAÇÃO FINAL DA CCDR ALENTEJO		
Bom	Satisfatório	Insuficiente
113,4%		

2 Avaliação Global das Actividades

2.1 Plano de Actividades

O desempenho global da CCDRA, medido através do grau de concretização do Plano de Actividades por parte de todas as Unidades Orgânicas, situou-se nos 117,4 %, o que se considera um resultado compatível com a satisfação dos *stakeholders* externos e dos colaboradores, no quadro do planeamento estratégico organizacional efectuado (QUAR e PA para 2017) e com um resultado muito semelhante ao resultado obtido no QUAR (113,4%). A complexidade de tarefas e a sua exigente necessidade de articulação não foram motivo para baixar o resultado ao nível de todas as actividades da instituição.

A linearidade patente na estratégia definida pela organização para o período do exercício de 2017 encontra-se visível nos quadros apresentados no Anexo I deste documento.

A metodologia de apuramento do grau de concretização tem por base os resultados alcançados, por unidade orgânica, tendo em conta o número de indicadores e os resultados dos mesmos, face às metas definidas em Plano. A partir dos resultados, por unidade orgânica, procedeu-se ao cálculo da média, conforme se explicita na tabela seguinte.

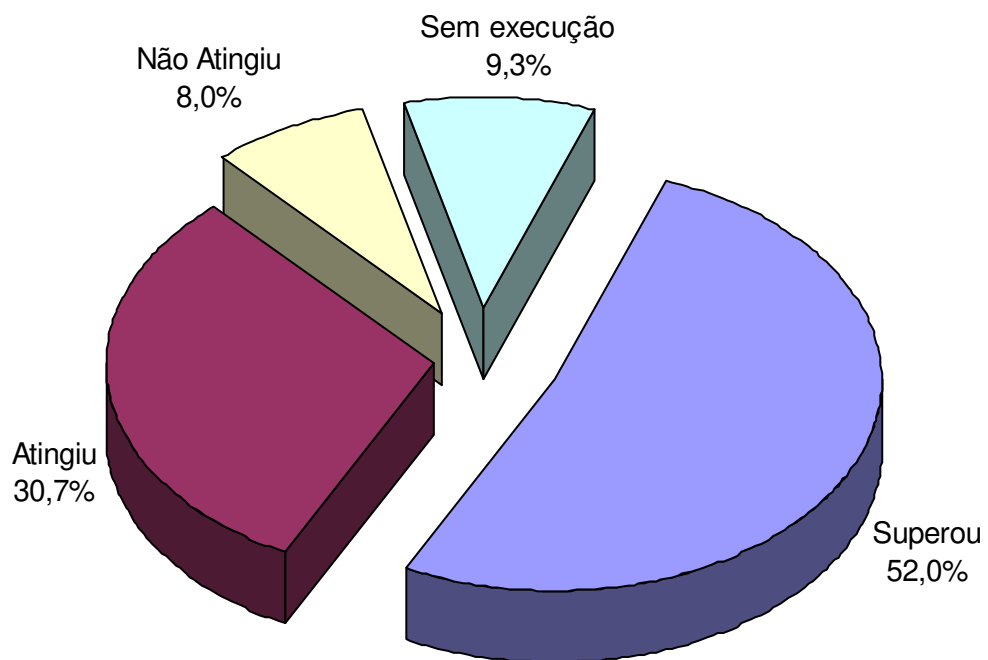
A avaliação das actividades na sua globalidade evidencia um grau de superação de 52,0%, o que decorre de uma gestão operacional centrada nos objectivos e nos indicadores definidos e que conta com o empenho de todos os colaboradores, dirigentes e não dirigentes, da CCDR Alentejo, e se analisado conjuntamente com a percentagem de actividades que “apenas” atingiram as respectivas metas (30,7%), revela um grau de execução das actividades programadas superior a 80%.

Em cinco actividades (8%) não foi possível alcançar a respectiva meta ficando aquém do previsto. Tratam-se de situações fundamentalmente devido a constrangimentos ao nível da insuficiência de recursos humanos e 9,3% das actividades não tiveram execução.

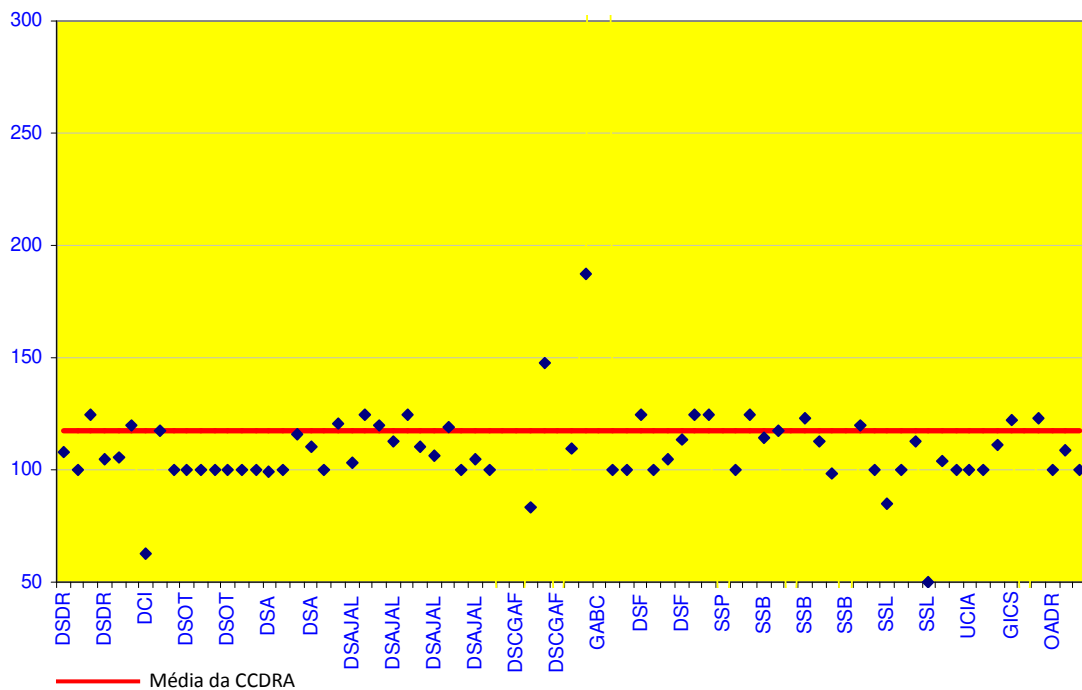
AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES POR UNIDADE ORGÂNICA

Avaliação	DSDR	DCI	DSOT	DSA	DSAJAL	DSCGAF	GABC	DSF	SSP	SSB	SSL	ALENTEJO2020	UCIA	GICS	OADR	CCDRA	CCDRA (%)
Superou	4	2	0	3	9	1	3	3	2	5	2	1	0	3	1	39	52,0
Atingiu	1	0	7	2	1	1	1	2	0	1	2	0	2	1	2	23	30,7
Não Atingiu	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	2	0	0	0	0	6	8,0
Sem execução	0	0	0	0	0	3	0	0	1	2	0	0	0	1	0	7	9,3
Total	5	3	7	6	10	6	4	5	3	9	6	1	2	5	3	75	100
Avaliação Média	108,7	100,0	100,0	107,7	112,6	55,2	483,5	108,8	83,3	87,9	94,6	104,4	100,0	91,4	102,9	117,4	
Desvio Médio	8,0	25,0	0,0	7,9	7,7	55,2	526,8	8,5	55,6	39,1	18,0	0,0	0,0	36,5	3,9	42,8	
Desvio Padrão	11,0	32,5	0,0	9,3	9,1	64,1	703,5	10,7	72,2	50,6	24,9	0,0	0,0	51,9	5,1	169,9	

GRAU DE EXECUÇÃO DAS ACTIVIDADES



DISPERSÃO DAS ACTIVIDADES POR UNIDADE ORGÂNICA



Demonstra-se ter existido uma boa homogeneidade no grau de concretização das actividades no seu todo, através do gráfico de dispersão. Contudo, o desvio padrão verificado (169,9%) demonstra alguma disparidade nos resultados alcançados. O facto de alguns indicadores

apresentarem resultados muito acima do valor crítico, prova alguma deficiência no processo de delineamento das metas promovendo eventuais resultados.

Através do conjunto de tabelas seguinte, pode ser observada a linearidade da estratégia definida e a coerência entre Plano e Relatório de Actividades.

Actividade Planeadas, Executadas e não Executadas

ACTIVIDADES	Valor	%
Actividades Planeadas	75	100
Actividades Executadas	68	90,7
Actividades Não Executadas (*)	7	9,3
Grau de concretização do Plano (%)		90,7
* Implementação de um novo Sistema de Gestão Documental		
* Implementação do Portal do Trabalhador/Dirigente		
* Processo de Certificação da Qualidade da CCDR Alentejo		
* Apreciação e Acompanhamento de projectos candidatados		
* Estratégia de regularização da industria extrativa (SSB)		
* Optimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuídos á região		
* Regimes de Incentivos do Estado à Comunicação Social		

Houve um conjunto de indicadores que não tiveram qualquer execução por motivos externos à CCDR Alentejo, conforme consta no quadro seguinte.

Indicadores Sem Execução

ACTIVIDADES	Indicadores	Observações	UO
Apreciação e Acompanhamento de projectos candidatados	Taxa de apreciação e Acompanhamento de projectos candidatados	Não foram apresentadas quaisquer candidaturas para apreciação. Daí o resultado apresentado.	SSP
Estratégia de regularização da industria extractiva (SSB)	Taxa de verificações no local	Não foi solicitada nenhuma verificação no local ao SSB nesta matéria	SSB
Optimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuídos á região	Grau de execução de programas de financiamento	"Esta actividade deixou de fazer parte dos objectivos do serviço sub-regional de Beja por falta de pessoal qualificado para o acompanhamento destas tarefas"	
Fiscalização em matéria de ambiente/ordenamento do território na sequência de reclamações/denúncias recebidas, para o correspondente território de actuação.	Prazo para a elaboração do relatório sub-regional sobre os resultados da fiscalização em matéria de ambiente/ordenamento do território (2016)	Como as tarefas de reclamações vieram todas através da DSF, a conclusão das mesmas já continha a informação necessária para permitir à DSF agrega-la ao seu relatório anual. A conclusão da última das tarefas aconteceu ainda no decorrer de 2016.	SSL
Gestão do regime jurídico da restrição de utilidade pública REN (SSL)	Prazo para a elaboração do relatório sub-regional sobre os resultados desta actividade (2016)	Esta informação foi enviada por mail `DSOT em 16 de Janeiro mas, não foi sob a forma de relatório	

ACTIVIDADES	Indicadores	Observações	UO
Gestão estratégica e operacional do Interreg V A 2014-2020	Reduzir em 20% o tempo de resposta a actividades de verificação/validação de despesas	Permaneceu totalmente inoperacional ao Plataforma de gestão do POCTEP 14-20 COOPERA2020, pelo que não houve condições para se registarem quaisquer despesas e consequentes operações de validação	DCI
Implementação de um novo Sistema de Gestão Documental	nº de acções de formação desenvolvidas no âmbito do novo SGD		DSCGAF
	Prazo para implementação após adjudicação	Todo o processo administrativo foi concluído em 2017, devendo iniciar-se a implementação do novo sistema no início de 2018.	
Implementação do Portal do Trabalhador/Dirigente	Prazo para implementação após adjudicação	Foi implementado o funcionamento do Portal do Trabalhador/Portal do Dirigente do GAS (Gestão da Assiduidade) na DSCGAF, como unidade-piloto;	DSCGAF
Processo de Certificação da Qualidade da CCDR Alentejo	Nº de Medidas implementadas internamente	Este projecto encontrava-se aprovado por parte do PO Regional Alentejo 2020, estando a sua execução física prevista para os anos de 2017 e 2018. Pretendia-se com esta candidatura a implementação de um Sistema de Gestão de Qualidade e a Certificação da Qual	
Regimes de Incentivos do Estado à Comunicação Social	Prazo para a realização do Fórum	Com esta actividade o GICS pretende juntar todos os Órgãos de Comunicação Social (OCS) do Alentejo, os representantes das várias associações ligadas à Comunicação Social, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social, o organismo do Estado que tutela a Comunicação Social, num debate alargado sobre os RIECS no Alentejo e o papel da Comunicação Social numa região como o Alentejo. Mas como os projectos que os OCS candidataram em 2016, no âmbito do RIECS, por razões alheias à CCDRA, só foram aprovados no final de Outubro de 2017, não estavam até aquela data criadas condições para a realização do Fórum. Situação que se verificou até final do ano, tendo em conta que o evento devido ao envolvimento de várias entidades, exigirá a preparação com alguma antecedência. Assim propõe-se a sua realização em Maio de 2018.	GICS

No campo Observações foram descritos os respectivos motivos para os quais tal situação se verificou. *Como metodologia de monitorização foi decidido que os indicadores para os quais não ocorreu qualquer realização por motivos externos, os mesmos não contribuiriam para a taxa de realização da Unidade Orgânica respectiva.*

Indicadores /Taxa de Realização

Indicadores /Taxa de Realização

Indicadores	Valor	%
Total Indicadores	75	100
Com Taxa de Realização Superior a 125%	5	6,7
Com Taxa de Realização Inferior ou igual a a 125%	70	93,3
Com Taxa de Realização Superior a 125%		6,7
Indicadores	Valor	UO
Taxa de acompanhamento de processos de AIA e Alnca	131,3	DSA
Newsletter Alentejo 2020 emitidas	133,3	GABC
Prazo para implementação após adjudicação	147,9	DSCGAF
Publicitação nos órgãos de comunicação social	358,3	GABC
Visitantes ao website do Alentejo 2020	1537,1	GABC

A análise dos indicadores com histórico evidencia que, comparativamente com 2014, 2015 e 2016, não ocorreram situações de desempenho inferiores a 100% e ocorreram subidas nas taxas de realização em todas as situações comuns.

Taxa de Execução dos Indicadores com Histórico – Evolução 2014/2017

Indicadores	Avaliação 2014	Avaliação 2015	Avaliação 2016	Avaliação 2017
Boletins editados	125	125	125	125
Prazo para monitorização trimestral do QUAR	100	125	100	-
Prazo para elaboração do Relatório de Actividades e Auto-avaliação de 2014	92	100	100	100
Taxa de classificação e catalogação dos documentos recebidos (em qualquer formato)	125	117	100	-
Taxa de execução=montante financeiro executado pelos beneficiários do Alentejo / montante financeiro aprovado aos mesmos beneficiários x 100	124	125	100	122
Taxa de antecipação do prazo de decisão no âmbito da gestão de processos de avaliação de impacte ambiental de projetos	125	100	100	-
Índice de resposta de pareceres jurídicos às autarquias locais e suas associações - (Nº total de pareceres emitidos / Nº de pedidos de parecer recebidos em 2015) X 100	115	100	116	118
Nº de notas de imprensa enviadas.	128	100	133	-
Taxa de verificações no local na sequência de reclamações/denúncias recebidas em matéria de ambiente/ordenamento do território	100	100	100	125
Taxa de execução financeira do PO (encerramento do atual Quadro Comunitário)	96	100	100	-
Actualização trimestral do site da CCDR	123	100	100	-
Prazo para monitorização semestral do PA	78	390	100	-
Nº de notas de imprensa publicadas na Comunicação Social nacional.	100	100	100	-
Acções de sensibilização	-	100	100	125

2.2 Actividades não Previstas no Plano

Durante o ano em referência não ocorreu a necessidade de executar actividades não previstas.

2.3 Alinhamento e sustentação entre objectivos do QUAR e do Plano de Actividades

Além do alinhamento entre objectivos do QUAR e do Plano, representado na tabela abaixo, apresenta-se também o alinhamento das actividades com os respectivos objectivos estratégicos e por sua vez com os operacionais, conforme consta das tabelas do anexo nº 1.

Objectivos Estratégicos			
OE 1 - Dinamizar ao nível regional as políticas de desenvolvimento nos domínios económico, social, ambiental e territorial	OE 2 - Optimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuídos à região	OE 3 - Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados	OE 4 - Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações
Objectivos Operacionais			
Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais no âmbito do desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial	Promover o planeamento estratégico e a concertação das políticas públicas de base regional	Optimizar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região	Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e ambiente
Optimizar o apoio técnico às autarquias locais e suas associações			
Actividades do Plano a implementar no âmbito do QUAR			
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Consolidação do SIG regional ➤ Dinamização e monitorização da Estratégia Regional de Especialização ➤ Fiscalização de processos relativos a usos e acções sujeitos a controle prévio ➤ Gestão do regime jurídico da RAN ➤ Gestão do regime jurídico da REN ➤ Gestão do regime jurídico da restrição de utilidade pública REN (SSB). Monitorização das dinâmicas regionais de desenvolvimento e da coesão social e territorial ➤ Sistematização, tratamento e disponibilização de informação relevante para o desenvolvimento regional (DSOR) ➤ Sistematização, tratamento e disponibilização de informação relevante para o desenvolvimento regional (OADR) ➤ 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Apoio do Governo na dinamização e elaboração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território ➤ Estratégia de regularização das Pedreiras 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Apreciação de candidaturas aos Sistemas de Incentivos ao Portugal 2020 ➤ Desempenho do Programa Operacional Regional do Alentejo 2020 ➤ Gestão estratégica e operacional do Interreg V A 2014-2020 ➤ Optimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuídos à região <p style="text-align: center;">Actividades a avaliar pelos indicadores previstos nos objectivos operacionais do QUAR</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Sensibilização de instituições e cidadãos para a temática do Ambiente ➤ Sensibilização de instituições e cidadãos para as temáticas do Ordenamento do Território ➤ Acompanhar a execução do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL/SNC-AR) ➤ Apoio técnico às autarquias locais e suas associações ➤ Iniciativas de descentralização e de capacitação da Administração Local e entidades Particulares

3 Afecção real e prevista dos recursos (Balanço Social, Relatório Anual de Actividades de Formação na Administração Pública (RAF) e Orçamento

3.1 Recursos Humanos

Conforme se constata no QUAR e de acordo com os pontos fixados pelo CCAS em cada cargo/carreira profissional, os recursos humanos planeados totalizavam 2137 pontos, tendo a execução atingido 2084, pelo que se verificou um desvio negativo de 53 pontos. Este decréscimo corresponde a um saldo entre 7 saídas de efectivos e 13 admissões sendo que saíram efectivos de maior valor de pontuação. Ao balanço corresponde uma taxa de execução de 97,52%.

As situações de “Mobilidade Interna” constituem-se como o principal factor de acréscimo de efectivos, enquanto que nas saídas o factor principal diz respeito a “Outros Motivos”.

Varição de efectivos – 2017

Saídas	HM	%
Aposentação	2	28,6
Outros	5	71,4
Total	7	100,0

Admissões	HM	%
Procedimento Concursal	2	15,4
Mobilidade Interna	6	46,2
Comissão de Serviço	3	23,1
Outras Situações	2	15,4
Total	13	100,0

Efectivos	HM	%
1 de Janeiro de 2017	178	
31 de Dezembro de 2017	184	
Alteração em 2017	6	3,4

Relação Jurídica	HM	%
CTFP por tempo indeterminado	127	69,0
CTFP a termo resolutivo incerto	30	16,3
CS no âmbito do LTFP	27	14,7
Total	184	100,0

Para melhor concretizar a situação dos recursos humanos no ano 2017, e conforme se constata no Balanço social, em anexo, a estrutura orgânica da CCDR Alentejo conta com 184 colaboradores. Destes, (i) 127 têm Contrato em Funções Públicas por Tempo Indeterminado (69,0%), (ii) 30 têm Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto (16,3%) e (iii) 27 encontram-se em regime de Comissão de Serviço/Substituição/Gestão Corrente (14,7%). A repartição de género dos recursos humanos apresenta uma maioria para as mulheres, mais 20 elementos, embora tenham visto a sua proporção decrescida desde o último ano, (56.2 vs. 55.4%, em 2016 e 2017, respectivamente).

Efectivos Segundo o Sexo

Sexo	Valor	%
Homens	82	44,6
Mulheres	102	55,4
Total	184	100,0

A estrutura etária dos recursos humanos caracteriza-se por uma elevada idade média (52.7 anos), com tendência crescente, evidenciando um valor ligeiramente maior nos homens (53.0 vs 52,5 anos). A idade média dos efectivos da CCDR Alentejo subiu ligeiramente.

Em termos gerais, a maior ocorrência continua a registar-se nas idades compreendidas entre os 50 e os 54 anos (22,8%) não existindo qualquer elemento com idade inferior a 30 anos.

Efectivos Segundo a estrutura etária

Idade	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
25-29 anos	0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
30-34 anos	0	0,0	2	2,0	2,0	1,1
35-39 anos	5	6,1	2	2,0	7,0	3,8
40-44 anos	11	13,4	15	14,7	26,0	14,1
45-49 anos	13	15,9	17	16,7	30,0	16,3
50-54 anos	17	20,7	25	24,5	42,0	22,8
55-59 anos	15	18,3	24	23,5	39,0	21,2
60-64 anos	19	23,2	14	13,7	33,0	17,9
65-69 anos	2	2,4	3	2,9	5,0	2,7
Total	82	100,0	102	100,0	184	100,0
Idade Média	53,0		52,5		52,7	

A estrutura das qualificações aponta para um elevado grau de qualificações profissionais, com preponderância para a carreira técnica superior (52.2%), seguida a distância considerável pelos assistentes técnicos (20.7%), tendo o grupo dos técnicos superiores diminuiu em percentagem face ao ano anterior, o que representa uma ligeira menor qualificação relativa dos funcionários da CCDR.

O grupo dos dirigentes intermédios (10.3%) aumentou ligeiramente face a 2016 (9.6%).

De realçar a preponderância do sexo masculino ao nível do grupo dos dirigentes, sendo que no global, há uma preponderância de mulheres na organização (55,4%).

Distribuição do Pessoal por Grupo Profissional

Sexo	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Dirigente Superior	5	6,1	3	2,9	8	4,3
Dirigente Intermédio	11	13,4	8	7,8	19	10,3
Técnico Superior	41	50,0	55	53,9	96	52,2
Coordenador Técnico	0	0,0	2	2,0	2	1,1
Assistente Técnico	11	13,4	27	26,5	38	20,7
Vigilante da Natureza	3	3,7	1	1,0	4	2,2
Assistente Operacional	5	6,1	5	4,9	10	5,4
Informático	6	7,3	1	1,0	7	3,8
TOTAL	82	100,0	102	100,0	184	100,0

3.2 Recursos Materiais

A CCDRA ocupa os seguintes edifícios: (i) o Edifício Sede (Évora) c/ 8.800m², (ii) o Edifício Serviços Sub-regionais de Beja c/ 820m², (iii) o Edifício Serviços Sub-regionais de Portalegre c/ 130m² e o Edifício dos Serviços Sub-regionais do Litoral (Santo André) c/ 1950m²

Apraz referir a centralidade dos Edifícios que servem os Serviços Sede e os Serviços Sub-regionais (SSR) de Beja e Portalegre. No que concerne a áreas ocupadas é de mencionar que o Edifício Sede e o dos SSR Portalegre apresentam uma relação de equilíbrio entre as áreas ocupadas e o nº de trabalhadores que as ocupa. No que se refere ao SSR Beja e ao SSR Litoral as áreas dos edifícios ultrapassam as necessidades dos Serviços.

Quanto ao edifício sede, localizado na Av. Eng^o Arantes e Oliveira, 193 em Évora, tem o 1^o piso totalmente ocupado pelos serviços inerentes ao funcionamento das diversas unidades orgânicas, o rés do chão, repartido pelos serviços administrativos e pelos serviços regionais da APA e o 2^o andar ocupado pela Presidência e a estrutura do PO Regional do Alentejo.

A DSCGAF assegura o suporte a toda a infra-estrutura informática, que engloba a rede informática, servidores, e demais equipamentos informáticos. Assegura ainda o apoio aos sistemas informáticos e páginas *web*.

Existem 266 equipamentos informáticos (240 computadores fixos, 20 portáteis e 6 híbridos). Quanto a estes, na generalidade, pode considerar-se que são adequados para as necessidades dos postos de trabalho que servem, sendo que tem havido a preocupação em dotar os postos de trabalho com equipamentos que se adequem, em termos de desempenho, às respectivas necessidades.

O Centro de Dados da CCDRA encontra-se localizado em espaço próprio e fora do edifício da CCDRA, de forma a permitir a segurança dos dados/informação.

O parque automóvel é constituído por 18 viaturas e caracteriza-se fundamentalmente pelo seu elevado número de anos (só três viaturas têm menos de 10 anos, sendo que 5 têm mais de 20 anos) e pelo elevado número de km percorrido (nalguns casos acima de 500 000Km e outros mesmo acima de 1 000 000 km).

3.3 Recursos Financeiros

No ano de 2017 registaram-se desvios negativos no Orçamento, quer na sua componente de Funcionamento, quer de PIDDAC, no valor total de €1 100 075,00.

No mapa resumo dos Recursos Financeiros 2017 o valor planeado é o valor inicial do Orçamento sem cativos.

No respeitante à componente Funcionamento do Orçamento o desvio foi negativo em €181 287,00 dado que o valor planeado foi superior ao valor executado. Esta situação explica-se sobretudo no Agrupamento 01 – Pessoal com um desvio negativo de €85 132,00 pela reduzida arrecadação de receita própria (FF 513) e sobretudo de receita FEDER (FF482) face à totalidade

da dotação orçamental inscrita em orçamento nas fontes de financiamento referidas. Dado que estavam em causa encargos com pessoal, a situação foi resolvida com recurso à aplicação dos saldos do Funcionamento do ano anterior, entretanto aprovados, bem como a um reforço do orçamento através de gestão flexível dentro do Ministério.

Quanto ao desvio negativo na componente de Bens e Serviços do Funcionamento no valor de €55 213,00 ela é sobretudo resultado da aplicação dos cativos, não tendo aquela dotação sido utilizada, uma vez que os mesmos não foram libertos.

No respeitante à componente PIDDAC, o desvio negativo atinge € 918 788,00 uma vez que dos 9 projectos inseridos, 2 não registaram execução, e 3 projectos relativos à cooperação transfronteiriça registaram uma execução muito baixa.

A não execução de 1 dos 2 projectos acima referidos deve-se a um atraso num procedimento concursal, entretanto já realizado, o que originou uma transição da despesa do mesmo para 2018. Quanto aos 3 projectos relativos à cooperação transfronteiriça registaram uma execução muito baixa dado que a inexistência durante todo o ano de 2017 do respectivo sistema de informação não permitiu a aplicação da dotação respeitante ao FEDER, dado não ser possível submeter pedidos de pagamento e conseqüente entrada de receita. Esta situação não permitiu nestes projectos o desenvolvimento de algumas acções nomeadamente ligadas a publicidade e materiais publicitários, bem como levou a uma maior gestão das deslocações ao estrangeiro.

No cômputo geral do Orçamento 2017 o desvio negativo registado, salvo algumas exceções com actividades ligadas a alguns projectos, não obsteu a que a CCDR Alentejo atingisse os seus objectivos, dando cumprimento integral ao pagamentos das despesas com pessoal, bem como a todos os compromissos com os seus fornecedores, encerrando o ano económico sem pagamentos em atraso.

Para melhor explicitação da despesa e dos desvios, por rubrica orçamental, segue a seguinte tabela:

Orçamento Planeado, Executado e respectivo desvio

Unidade: euros

Designação	Planeados	Executados	Desvio
Orçamento de Funcionamento	4.153.858	3.972.571	-181.287
Despesas com Pessoal	3.819.858	3.734.726	-85.132
Aquisição de Bens e Serviços	286.375	231.162	-55.213
Outras Despesas Correntes	47.625	6.683	-40.942
PIDDAC	3.754.995	2.836.207	-918.788
Outros valores	0	0	0
Total (OF + PIDDAC + Outros)	7.908.853	6.808.778	-1.100.075

De salientar que o valor planeado é o valor inicial do orçamento sem cativos.

Evolução orçamental		Unidade: Euros		
DESPESA	2015	2016	2017	
Orçamento de Funcionamento Geral				
Remunerações certas e permanentes	2.771.295	2.957.735	2.982.627	
Abonos variáveis ou eventuais	46.184	34.096	37.577	
Segurança Social	682.529	717.708	714.522	
Aquisição de bens	33.983	33.983	31.219	
Aquisição de serviços	179.538	242.458	197.076	
Transferências correntes	11.246	27.881	1.783	
Outras despesas correntes	3.419	4.543	4.900	
Reserva				
Aquisição de bens de capital	3.528	11.366	2.867	
TOTAL DO ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO (1)	3.731.722	4.025.380	3.972.571	
TOTAL DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DO PLANO (2)	2.825.754	2.435.552	2.836.207	
TOTAL GERAL (1+2)	6.557.476	6.460.932	6.808.778	

3.4 Grau de realização dos programas de formação, com inclusão de indicadores e taxas

3.4.1 Relatório da formação profissional 2017

Acções de Formação Internas

Designação da Acção	Nº de horas/acção	Nº participantes	Custos
Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) 23 e 24 de fevereiro	14	15	1 590 €
Ação de sensibilização no âmbito da segurança da informação	3	160	539 €
Introdução à Fotografia Digital	6	10	Gratuito
Sistemas de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) 8 e 9 de junho	14	11	1 590 €
Implementação do módulo SINGAP/Gestão de Assiduidade	14	26	1 625 €
Lei Orgânica da CCDR Alentejo	2	8	Gratuito
Total		230	5 344 €

Acções de Formação Externas

Designação da Acção	Nº de horas/Acção	Nº participantes	Custos
10ªs Jornadas Técnicas Internacionais de Resíduos	21	1	350 €
11º Fórum Nacional de Resíduos-Construir o Futuro: Ameaças, desafios e oportunidades	14	1	542 €
4º Meeting de Resíduos do Alentejo	6	6	80 €
Acordos Quadro e Centrais de Compras	14	1	42 €
ATOM - Access to Memory	7	3	Gratuito
Conferência - Secretariado e Assistentes de Direcção	7	1	185€
Conferência "Estratégia Regional de Adaptação às Alterações Climáticas no Alentejo	8	2	Gratuito
Conferência "O ano da transformação digital"- Q-day	8	3	Gratuito
Conferência E- government 2017-A transformação digital do Estado e o desenvolvimento da sociedade	4	2	Gratuito
Conferência Internacional de Arquitectura ARCHISUMMIT 2017	10	1	Gratuito
Conferência sobre "Avaliação de impactes no património mundial"	14	1	100 €
Convergência Económica e Políticas de Desenvolvimento Regional	7	2	Gratuito
Debate Regional sobre Recursos Minerais	3,5	1	Gratuito
Direito para não Juristas	14	5	325€
e-GAR-Guia Electrónica de Acompanhamento de Resíduos - Faça parte de uma mudança com futuro	2	2	Gratuito
Encontro –Sistemas de Informação Geográfica "A Propósito dos SIG"	6	1	Gratuito
GDPR – Talks - Gestão de Protecção de Dados	4	5	Gratuito
Gestão da Informação em Ambientes Competitivos	20	1	200 €
Gestão de Risco na Administração Pública	20	1	200€
Jornada Europeia "La titularidad compartida en las explotaciones agrarias" (auto-formação)	7	1	Gratuito
Liderar, Gerir e Motivar	20	3	600 €

Designação da Acção	Nº de horas/Acção	Nº participantes	Custos
Língua Espanhola	40	2	Gratuito
Mass Training em Suporte Básico de Vida (SBV).	2	4	Gratuito
Novo Código dos Contratos Públicos	28	2	400 €
Plano de Investimento para a Europa	3	2	Gratuito
Plataforma "Parecer Prévio"	4	2	Gratuito
Primeiros Socorros	8	15	900 €
Qualidade do Ar Ambiente e Qualidade do Ar Interior	40	1	Gratuito
Regulamento Geral de Protecção de Dados	14	2	74 €
Road Show sobre alterações ao código dos contratos públicos - Portalegre	3	3	Gratuito
Road Show sobre alterações ao código dos contratos públicos - Beja	3	3	Gratuito
Road Show sobre alterações ao código dos contratos públicos - Évora	3	36	Gratuito
Roadshow Boas Práticas de Valorização das Pessoas	3	5	Gratuito
Ruído Ambiente: Que Problemas? Que soluções?	7	1	Gratuito
Seminário "Gestão sustentável do solo em Portugal - Linha de orientação"	8	1	Gratuito
Seminário "Os impactos do FSE em Portugal"	8	1	Gratuito
Seminário "Ilustrar a Transição para a ISO 9001:2015 e ISO 14001:2015"	4	4	Gratuito
Seminário Europeu "How to Prepare and Submit Annual Accounts and Minimize Financial Risks in ESIF 2014-2020"	16	2	Gratuito
Seminário Internacional - "Keep up to date with technological innovation: continuing education" (auto-formação)	14	1	Gratuito
Seminário Internacional "Serviços sociais de interesse geral e coesão territorial: experiências e desafios"	8	6	Gratuito
Seminário Internacional "Challenge Unemployment. What input do we have to make?" (auto-formação)	21	1	Gratuito
Seminário Internacional - Quality education systems and goals of the European models for 2020. Economic and labour-related	21	1	Gratuito

Designação da Acção	Nº de horas/Acção	Nº participantes	Custos
challenges in the near future			
Seminário territorial de projectos aprovados da 1ª Convocatória do Programa Interreg V-A Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020	7	1	Gratuito
Seminário: Urbanismo para o Futuro das Cidades - mais do mesmo não é suficiente	4	3	Gratuito
Sessão OIRA Escritórios	3	1	Gratuito
Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)	28	1	220 €
SNCP-Plataforma Electrónica de Contratação Pública	4	2	Gratuito
VIII Jornadas Ibéricas-Infraestruturas Dados Espaciais	21	2	Gratuito
Workshop SNC-AP	14	1	220 €
Workshop - Como considerar o factor Território na AIA?	7	2	30 €
Workshop - Sistemas de Construção com Vegetação	3	1	Gratuito
Zoom Smart Cities 2017-Early Bird (general)	6	1	Gratuito
Total		153	4 468 €

No ano de 2017, os Recursos Humanos da CCDR Alentejo participaram de forma bastante abrangente e diversificada em acções de formação contínua, nomeadamente cursos de formação de curta duração, seminários, encontros, jornadas, conferências e outras acções de carácter similar que contribuíram para o seu aperfeiçoamento profissional, actualizando e aprofundando conhecimentos necessários ao desenvolvimento das suas actividades profissionais.

Não obstante as vicissitudes que condicionaram fortemente o cumprimento do Plano de Formação estabelecido para o ano em referência, foi possível proporcionar alternativas de formação válidas e de importância reconhecida para a valorização profissional de dirigentes e trabalhadores(a)s desta instituição, tendo em conta a reformulação do próprio plano de formação interna, bem como a oferta formativa externa disponibilizada por diversas entidades de referência.

Tendo em consideração que o rácio de participações face ao total de efectivos é, em termos médios, de 2 participações por efectivo, aproximadamente, com uma distribuição proporcional por todos os grupos de pessoal e carreiras, pode concluir-se que as actividades de formação profissional desenvolvidas em 2017 na CCDRA deram cumprimento aos grandes princípios definidos no regime da formação profissional na Administração Pública, estatuído no Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de Dezembro, salientando-se o princípio da universalidade,

procurando abranger todos os trabalhadores e dirigentes da instituição e o princípio da igualdade no acesso, na medida em que foram proporcionadas iguais oportunidades no acesso à formação profissional a trabalhadores de todas as carreiras.

Nº de trabalhadores da CCDRA que participaram em acções de formação profissional, por cargo, carreira, grupo e género

Sexo	Homens		Mulheres		Total		Taxa de participação
	E	P	E	P	E(1)	P(2)	(2)/(1)*100
Dirigente Superior	5	5	3	3	8	8	100,0
Dirigente Intermédio	11	10	8	8	19	18	94,7
Técnico Superior	41	40	55	55	96	95	99,0
Coordenador Técnico	0	0	2	2	2	2	100,0
Assistente Técnico	11	10	27	23	38	33	86,8
Vigilante da Natureza	3	3	1	1	4	4	100,0
Assistente Operacional	5	5	5	5	10	10	100,0
Informático	6	5	1	1	7	6	85,7
TOTAL	82	78	102	100	184	176	95,7

E – Nº de efectivos em 31 de Dezembro de 2016 P – Nº de trabalhadores que frequentaram acções de formação

4 Satisfação dos Stakeholders Externos

De acordo com o previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 15 da Lei nº 66-B/2007-alterada pelas Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro e pela Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro, a CCDR Alentejo dirigiu um inquérito ao universo dos seus *stakeholders* externos com contactos directos com a organização durante o ano de 2017 e para os quais se possuía o endereço electrónico (465), tendo como objectivo conhecer o seu grau de satisfação. Estes *stakeholders* são de tipologia diversa, nomeadamente: entidades da administração central e local, associações, empresas, cidadãos e fornecedores.

O inquérito elaborado é constituído por grupos de questões que visam fundamentalmente conhecer a avaliação quanto à qualidade e à quantidade dos serviços prestados, sendo para o efeito estruturado em torno das seguintes temáticas: (i) imagem global da organização; (ii) envolvimento e participação; (iii) acessibilidade e (iv) produtos e serviços.

A escala de avaliação foi definida de 1 a 5, a que correspondem os níveis de satisfação/opinião qualitativas de: não satisfatório; a melhorar; satisfatório; bom e excelente.

Este questionário foi realizado entre 02 de Fevereiro e 28 de Fevereiro de 2018 e foram obtidas 51 respostas, a que corresponde uma taxa de 11,0%, tendo assim, reduzido a taxa de respostas face ao ano anterior (16,5%). Esta tendência tem sido registada também em anos anteriores.

O grau de satisfação foi avaliado pela média aritmética dos valores obtidos para cada questão.

O nível global de satisfação foi de 3,9, o que sendo bastante positivo, representa igualmente um caminho de melhoria que importa percorrer. Neste contexto, destacam-se como aspectos mais valorizados: a cortesia dos colaboradores, as condições de recepção e atendimento, a

satisfação com a gestão de programas com financiamento nacional ou comunitário e a acessibilidade aos serviços da CCDR.

Sendo os “clientes” da CCDR fundamentalmente de natureza institucional, regista-se igualmente o grau de satisfação por tipologia de *stakeholders*: Serviços da Administração Local - 3,9 Serviços da Administração Central – 4,2; Empresas - 4,0; Associações - 3,8; Fornecedores 4,0; Cidadãos - 3,4.

Inquérito à Satisfação Dos Utilizadores dos Serviços da CCDR Alentejo

Inquérito à satisfação dos utilizadores dos serviços da CCDR Alentejo – 2017 Ficha Técnica

DESIGNAÇÃO	Universo	Respostas	%
Universo	465	51	11,0
Administração Central	53	3	5,7
Administração Local	93	15	16,1
Associações	39	7	17,9
Empresas	131	13	9,9
Fornecedores	7	2	28,6
Cidadãos	142	11	7,7
Não Respostas		414	89,0
Inquérito realizado entre 02-02-2018 e 28-02-2018			

Inquérito à satisfação dos utilizadores dos serviços da CCDR Alentejo – 2017 Nível de satisfação

Tipo de Respondente	Média escala 1 a 5
TOTAL CCDR ALENTEJO	3,9
Administração Central	4,2
Administração Local	3,9
Associações	3,8
Empresas	4,0
Fornecedores	4,0
Cidadãos	3,4

No que respeita a sugestões e reclamações, a CCDR Alentejo tem uma política de valorização destas iniciativas, considerando-as como oportunidades de melhoria, pelo que tem como princípio dar-lhes um tratamento atencioso, responsável, transparente e com brevidade, criando deste modo uma relação mais estreita e de maior confiança com quem as formulou.

Para o efeito, envolve e sensibiliza os colaboradores na temática das questões colocadas e desenvolve as medidas necessárias à sua correcção, se for caso disso, melhorando também assim a qualidade do serviço prestado.

No ano de 2017, no que respeita especificamente ao «Livro Amarelo», não foram registadas quaisquer reclamações, havendo indicadores sobre a evolução desta temática, nomeadamente (i) nº de reclamações registadas no «livro amarelo», (ii) taxa de decisões sobre reclamações ou críticas, (iii) taxa de sugestões acolhidas (nº de sugestões acolhidas/nº de sugestões entradas) *100, tendo os mesmos, resultado zero.

Não foi contudo implementada a iniciativa anunciada no âmbito do Relatório de actividades de 2015, no sentido de disponibilizar mais um canal para acolher este tipo de iniciativas, mediante a disponibilização na INTRANET e no site de uma funcionalidade específica para o efeito, objectivo que continua presente.

5 Apreciação por parte dos dirigentes intermédios e demais trabalhadores

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, envolveu todos os seus dirigentes intermédios e demais trabalhadores no processo de autoavaliação (incluindo os serviços Sub-regionais de Beja, Portalegre, Litoral Alentejano e a unidade de missão do Programa Operacional Regional), tendo realizado um inquérito anónimo por questionário para avaliar do seu grau de satisfação, pois considera-se que este é um elemento relevante para um bom desempenho da organização. Neste sentido, foi solicitado aos grupos de dirigentes e de não dirigentes que respondessem a um conjunto de questões no âmbito das seguintes temáticas (i) Avaliação da situação profissional, (ii) Avaliação do funcionamento do serviço/departamento, (iii) Avaliação da política de recursos humanos, (iv) Avaliação do envolvimento com a organização e (v) Avaliação global da organização.

Estas temáticas foram desagregadas em 25 questões que foram seleccionadas de um universo de práticas organizacionais que representam boas práticas conhecidas sobre o assunto, bem como em cada um dos grupos foram solicitadas sugestões de melhoria.

A escala de avaliação foi definida de 1 a 5, a que correspondem os níveis de satisfação qualitativos de: Discordo Totalmente, Discordo Parcialmente; Concordo; Concordo Muito.

O grau de satisfação foi avaliado pela média aritmética dos valores obtidos para cada questão.

O tratamento da informação foi realizado em programa específico de análise de dados (SPSS), com utilização de estatísticas descritivas simples. O resultado de cada respondente é igual à média dos valores obtidos nas diferentes respostas válidas.

Com uma taxa de participação de 91,8%, os resultados obtidos revelam para o grupo dos dirigentes um grau de satisfação de 3,28 e para o grupo dos não dirigentes um valor de 2,83.

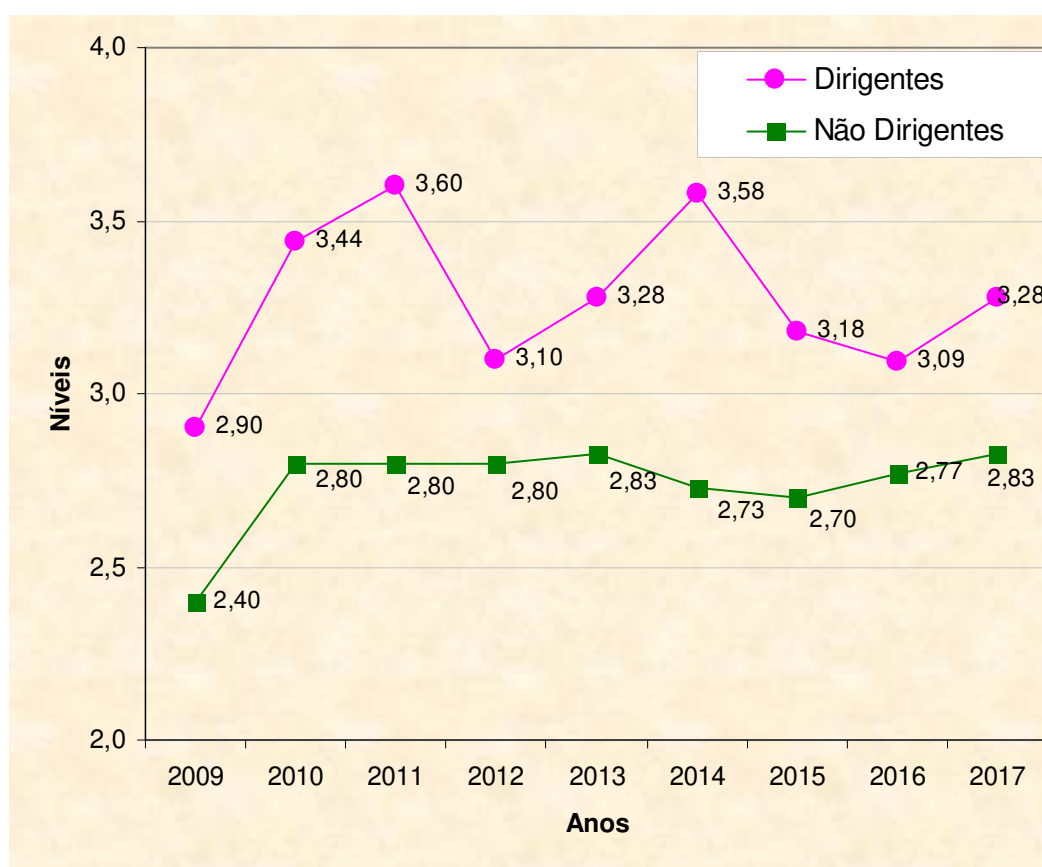
Inquérito à satisfação dos funcionários da CCDR Alentejo - 2017 - Ficha técnica

DESIGNAÇÃO	Valor Absoluto	%
Universo	184	100,0
Respostas	169	91,8
Respostas Validas	163	88,6
Branços	6	3,3
Nulos	0	0,0
Não Respostas	15	8,2
Trabalho de campo realizado entre 03 e 10 de Março de 2018		

Neste contexto, destacam-se como áreas temáticas mais valorizadas, quer no grupo dos dirigentes: (i) Avaliação do funcionamento do serviço/departamento, no grupo dos colaboradores não dirigentes o aspecto mais valorizado foi: Avaliação da situação profissional. A questão mais importante para todos os grupos revelou-se ser o excelente relacionamento com os colegas. A temática menos valorizada foi para os colaboradores dirigentes e não dirigentes a que respeita à “Avaliação global da organização”. Neste grupo temático de questões, os dirigentes encontram-se mais motivados para novos desafios profissionais do que os não dirigentes. Sendo toda a avaliação bastante diferente para dirigentes e não dirigentes embora ambos os grupos atribuam a mais baixa classificação à pergunta: “A articulação entre as diferentes unidades da organização é boa”, sendo que todos identificam esta questão como um ponto fraco na organização

Os resultados dos inquéritos serão ainda objecto de relatório interno mais detalhado, com vista à definição de estratégias de melhoria dos aspectos considerados mais críticos, nomeadamente daqueles que são susceptíveis de intervenção por parte da Presidência da Comissão de Coordenação.

Avaliação dos resultados - Dirigentes e Não Dirigentes - 2009 a 2017



No que concerne à tendência global de ambos os grupos, mantém-se a situação favorável da avaliação dos dirigentes face aos demais trabalhadores, revelando-se a avaliação dos não dirigentes mais estável ao longo dos diferentes anos, enquanto a tendência do grupo dos dirigentes oscila de ano para ano.

6 Avaliação do Sistema de Controlo Interno

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO 2017				
Questões	Resposta			Fundamentação/ Justificação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo?	×			
1.2 É efectuada internamente uma verificação efectiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?			×	
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?	×			
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço?	×			
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade da tarefa?				
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direcção e os dirigentes das Unidades Orgânicas?	×			
1.7 O serviço foi objecto de acções de auditoria e controlo externo?		×		
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	×			
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?				SIADAP 2-11,3%; SIADAP 3-82,5%
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma acção de formação?			×	
3. Actividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?		X		
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?	X			
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidos e formalizados?	X			
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?		X		
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			
3.8 Existe um plano de risco de corrupção e infracções conexas?	X			
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas é executado e monitorizado?	X			
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas da contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			(Em algumas situações)
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou activos do serviço?	X			
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X			
4.7 A segurança na troca de informação e software está garantida?	X			
Legenda: S – Sim; N – Não; ND – Não existe informação disponível que permita responder à questão de forma inequívoca.				
GPP/DSAAO/DRHA				

A CCDR Alentejo dispõe de uma Unidade de Controlo Interno e Auditoria, responsável pelo Sistema de Controlo Interno, encontrando-se sintetizada no quadro seguinte a informação mais relevante sobre esta matéria em 2017.

Esta Unidade irá progressivamente implementar acções de auditoria interna mediante iniciativas da sua directa responsabilidade ou com recurso a entidades externas, com vista a assegurar acrescida fiabilidade e transparência aos processos operacionais, constituindo-se assim como um elemento de grande importância na prevenção de incumprimentos nas rotinas dos vários serviços e consequentemente no apoio à gestão da CCDR Alentejo.

Da análise do questionário destaca-se a ausência de qualquer auditoria ou acção de controlo externo realizada em 2017, bem como a taxa de 73,1% no cumprimento das questões em análise.

7 Comparação com o Desempenho de Serviços Idênticos

Numa perspectiva interna, no âmbito da sua estrutura orgânica, a CCDR Alentejo possui três serviços desconcentrados em Portalegre, Beja e Litoral Alentejano.

Estes serviços têm de um modo geral, para além de alguma especificidade, atribuições, competências e actividades idênticas, pelo que podem ser considerados em termos funcionais como Unidades Homogéneas.

A tabela seguinte evidencia o desempenho de cada uma destas Unidades:

Avaliação	SSP		SSB		SSL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Superou	2	66,7	5	55,6	2	33,3
Atingiu	0	0,0	1	11,1	2	33,3
Não Atingiu	0	0,0	1	11,1	2	33,3
Sem execução	1	33,3	2	22,2	0	0,0
Total	3	100,0	9	100,0	6	100,0
Avaliação Média	83,3		87,9		94,6	
Desvio Médio	55,6		39,1		18,0	
Desvio Padrão	72,2		50,6		24,9	

Da análise, pode observar-se que o grau de desempenho entre as três Unidades é semelhante, não surgindo entre elas valores que se destaquem em grande relevância. Contudo, a unidade SSL alcançou em 2017 um desempenho muito ligeiramente superior às restantes, devido ao enfoque nas suas actividades muito específicas. Em 2016 foi verificada idêntica tendência.

Também as CCDR constituem entidades homogéneas entre si, pelo que a CCDR Alentejo adoptou 2 objectivos e 3 indicadores evidenciados em QUAR (objectivo 03 - eficiência e objectivo 05 - qualidade) que permitem a comparação com as demais Unidades Homogéneas, nos termos do art.º 16.º da Lei do SIADAP, o que será concretizado pela SGPCM.

8 Análise das Causas de Incumprimento e Medidas para um Reforço Positivo

Relativamente aos resultados apresentados em capítulos anteriores, é de referenciar os seguintes incumprimentos:

- ◆ Das 75 actividades previstas no Plano, em seis (8,0%) não foi possível alcançar a meta prevista;
- ◆ Dos 129 indicadores que integram o QUAR e o PA, 5 apresentam uma taxa de realização superior a 125%.

Quanto às seis actividades onde não foi possível alcançar a meta prevista, apresentam-se as seguintes justificações:

Actividades onde não foi possível alcançar a meta prevista

ACTIVIDADES	Avaliação	Observações	UO
Gestão do regime jurídico da restrição de utilidade pública REN (SSL)	50,0	Esta informação foi enviada por mail `DSOT em 16 de Janeiro mas, não foi sob a forma de relatório	SSL
Gestão estratégica e operacional do Interreg V A 2014-2020	62,5	Permaneceu totalmente inoperacional ao Plataforma de gestão do POCTEP 14-20 COOPERA2020, pelo que não houve condições para se registarem quaisquer despesas e consequentes operações de validação. Não se registaram mais consultas face ao encerramento do POCTEP07-13 e à inexistência de condições para a realização de operações do POCTEP 14-20 que as exigissem .	DCI
Implementação generalizada a todos os dirigentes, da assinatura digital	83,3	S. Informação	DSCGAF
Exploração da rede de estações de monitorização da qualidade do ar	85,2	O ano de 2017, foi mais um ano em que as dificuldades continuaram e em que mais uma vez não foi possível garantir a eficiência definida. As avarias dos analisadores continuam a ser a questão mais problemática com as paragens mais ou menos longas dependendo da demora na entrega de peças de substituição por parte dos fornecedores e, continuamos a ter alguns problemas com a comunicação remota com as estações. Para resolver estes constrangimentos e proceder ao upgrade dos equipamentos, foi elaborado o projecto MelhorAr e a respectiva candidatura ao Alentejo 2020, tendo a mesmo sido aprovada, já tardiamente, pelo foi feita uma reprogramação passando a conclusão para o final de 2017.	SSL
Gestão do regime jurídico da restrição de utilidade pública REN (SSB)	98,5	S. Informação	SSB
Acompanhamento dos SGRU	99,4	Trabalho adicional, dado que estava previsto inicialmente (aquando da elaboração do Plano de Atividades da DSA 2017) a sua execução por entidade externa, a ser financiada pela taxa de gestão de resíduos consignada a este tipo de tarefas, o que veio a ser impossibilitado, por razões alheias à DSA	DSA

De seguida apresentam-se os indicadores onde a taxa de realização ultrapassou os 125% e as respectivas causas.

Indicadores onde a taxa de realização ultrapassou os 125%

Indicador	Avaliação	Observações	UO
Taxa de acompanhamento de processos de AIA e Alnca	131,3	Em Agosto de 2017, foi afectada à DAAmb mais uma técnica superior, que também desenvolveu tarefas de pós-avaliação (entre outras)	DSA
Newsletter Alentejo 2020 emitidas	133,3	O n.º de newsletters resultou da necessidade de divulgação de mais informação, nomeadamente a que se referiu aos avisos de concurso abertos e eventos realizados.	GABC
Prazo para implementação após adjudicação	147,9	Todo o processo administrativo foi concluído em 2017, devendo iniciar-se a implementação do novo sistema no início de 2018.	DSCGAF
Publicitação nos órgãos de comunicação social	358,3	A publicitação também está directamente ligada ao número de eventos que foi necessário divulgar.	GABC
Visitantes ao website do Alentejo 2020	1537,1		GABC

As medidas essenciais a tomar para um reforço positivo consistem na persistência de uma postura preventiva da CCDRA que continua a ser reforçada através da monitorização do desempenho organizacional e na melhor articulação entre unidades nucleares e unidades flexíveis, apostando essencialmente na melhoria das práticas de planeamento colocando como foco a divulgação de toda a informação produzida ou recebida.

II OBRIGAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO

9 Publicidade Institucional

Todas as despesas respeitam à rubrica 02.02.17 - Publicidade e mantêm a estrutura habitual dos anos anteriores, ou seja:

- Publicidade relacionada com o Programa Operacional Regional do Alentejo - Alentejo 2020, no âmbito da Estratégia de Comunicação aprovada. Valor total 2017: €63 023,58.

- Publicidade no âmbito da cooperação transfronteiriça relacionada fundamentalmente com promoção de eventos decorrentes do trabalho dos GIT's nas áreas referência Alentejo / Centro / Estremadura e Alentejo / Algarve / Andaluzia. Valor total 2017: €22 672,72.

- Publicidade relacionada com consultas públicas em matéria de avaliação de impacto ambiental para publicação em jornais nacionais/regionais e que em fase de análise processual tem obrigatoriedade de publicação decorrente de normativo legal. Valor total 2017: €2 343,15. Nos termos dos artigos 10º e 11º da Resolução do Conselho de Ministros nº 47/2010, de 25 de Junho, as entidades que integram a administração central devem incluir no seu relatório de actividades uma secção especificamente dedicada à informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional realizadas.

10 Gestão Patrimonial

A CCDR Alentejo deu cumprimento integral à execução do Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado, uma vez que no cumprimento da legislação em vigor (DL 282/2007 de 07) procedeu até ao dia 30 de Março de 2017 ao envio à Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, do mapa PGPI com a actualização dos planos e ocupação do espaço e de conservação e reabilitação de imóveis.

11 Medidas de Modernização Administrativa

Pretende-se, através da Implementação de cinco medidas consideradas fundamentais, melhorar na desburocratização e desmaterialização de processos:

Medida 1

NOVO SISTEMA DE GESTÃO DOCUMENTAL (Processo nº 03-2017 – Implementação do Sistema de Gestão Documental – Processo administrativo de adjudicação concluído em 2017 – Proposta de Adjudicação / INF 178/DSAF/2017).

Todo o processo administrativo foi concluído em 2017, devendo iniciar-se a implementação do novo sistema no início de 2018.

Medida 2

Implementação de Sistema de Gestão da Qualidade, e posterior Certificação pela norma ISO 9001.

Este projecto encontrava-se aprovado por parte do PO Regional Alentejo 2020, estando a sua execução física prevista para os anos de 2017 e 2018. Pretendia-se com esta candidatura a implementação de um Sistema de Gestão de Qualidade e a Certificação da Qualidade, ISO 9001:2015, para a CCDR Alentejo.

Por motivos supervenientes este projecto foi cancelado.

Medida 3

Implementação do Portal do Trabalhador/Dirigente.

Por atrasos de natureza informática não foi possível implementar o funcionamento do Portal do Trabalhador/Portal do Dirigente do GAS (Gestão da Assiduidade) na DSCGAF, enquanto unidade-piloto. Ainda assim, foi ministrada formação aos trabalhadores da DSCGAF, estando assim reunidas condições para que se inicie a implementação.

Medida 4

Implementação da assinatura digital a todos os dirigentes.

Procedeu-se à implementação, em 2017, dos leitores de cartões do cidadão para todos os dirigentes, permitindo assim generalizar o uso da assinatura digital.

Medida 5

Elaboração da Portaria de gestão documental.

A elaboração de Portaria de Gestão Documental é um projecto conjunto para as 5 CCDR's.

Foi iniciado em 2016 um trabalho de análise que envolve todas as CCDR's com vista à elaboração de uma portaria conjunta para a gestão da documentação produzida. Foram realizadas algumas reuniões em 2017 sendo que o texto final desta portaria deverá estar concluído durante o ano de 2018 - objectivo: publicar uma Portaria Conjunta de Gestão Documental.

Avaliação Global dos impactos das medidas (Parâmetros de referência)

Segurança na informação

Em 2016/2017 estabeleceram-se normas e produziram-se documentos para a segurança da informação através do CSI (Comité de Segurança da Informação) /GTSI (Grupo de Trabalho da Segurança da Informação), nomeadamente: Política de Segurança da Informação (28 Janeiro/2016); Manual de Normas e Procedimentos de Segurança da Informação (6 Junho/2016); Análise de Impacto no Negócio (BIA) (6 Junho/2016); Análise de Risco (22 Junho/2016). Foram igualmente realizados dois Disaster Recovery ao SIGPOA 2020 e aguarda-se Aprovação do Código de Ética e Conduta.

Encontram-se em preparação para 2018 o Plano de Continuidade de Negócios e as Acções de Sensibilização.

Também a reestruturação do sistema de arquivo da CCDR Alentejo (projecto que se desenvolveu em 2017) gera maior segurança na informação, porquanto para além da reorganização de toda a documentação existente em arquivo, o acesso à informação está limitado e devidamente regulado.

Redução dos tempos de resposta

A melhoria (constante) na organização dos serviços gera necessariamente a melhoria nos tempos de resposta.

Poupança de custos globais

A melhoria (constante) na organização dos serviços gera necessariamente redução nos custos de funcionamento, objectivo a que toda a estrutura deverá ter especial enfoque.

Estas medidas de modernização administrativa contribuíram fundamentalmente para agilizar procedimentos e promover uma maior aproximação entre os *stakeholders* internos bem como os externos e a organização.

III AVALIAÇÃO FINAL

12 Execução Global do Plano e articulação com o Programa do Governo

No âmbito das atribuições e competências da CCDR Alentejo, durante a ano de 2017, foram desenvolvidas as actividades previstas no Plano Anual de Actividades e foi concretizado o QUAR, ambos aprovados pelo Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão em 08 de Janeiro de 2018. Durante o ano de 2017 foram implementadas as orientações das políticas públicas preconizadas para a região e foram estabelecidas prioridades para a aplicação dos recursos financeiros que lhe estavam afectos.

De forma partilhada os diferentes serviços concorreram para o resultado final e procurou-se otimizar os recursos materiais de modo a contribuir para um acréscimo das boas condições de

trabalho. Incidiu-se nas temáticas de: Aplicação dos fundos comunitários previstos no Programa Operacional Regional 2020, tendo em conta a necessidade de dinamizar a economia regional, na implementação da lei de bases do ordenamento do território, na dinamização e sensibilização de entidades públicas e privadas e dos cidadãos em geral para o desenvolvimento sustentável, designadamente a economia circular e a adaptação às alterações climáticas, no aprofundamento da ligação aos *stakeholders* externos, nomeadamente Comunidades Intermunicipais, autarquias locais e serviços desconcentrados da administração central bem como na preparação dos documentos e políticas para o período até 2030.

Procedeu-se a todo o conjunto de operações inerentes às Unidades de Coordenação Regional do POCTEP 2014-2020, designadamente reuniões inter-coordenações regionais, com vista à conclusão do processo de instrução e aprovação de candidaturas; organização logística e processual e celebração de dois Comitês Territoriais, de que a CCDR teve a presidência, e que definiram a proposta de projectos a aprovar em sede de Comité de Gestão, celebrado em Faro, em 6 de Abril nas duas Áreas de Cooperação e na Área Plurirregional, tendo resultado na aprovação de 43 operações com 102 beneficiários do Alentejo, num total de 8.2 milhões de FEDER aprovado.

A Coordenação Regional do POCTEP foi convidada e esteve presente na conferência “Bases para una Política de Territorios Especiales en Chile”, organizada pela Subsecretaría de Desarrollo Regional y Administrativo em Santiago do Chile, Chile, na qual foi possível explanar as boas práticas desenvolvidas pelo Alentejo quer em termos da estrutura de programa quer de promoção e execução de projectos de cooperação transfronteiriça.

No contexto da execução dos projectos de Cooperação Transfronteiriça e animação das duas Euroregiões de que o Alentejo é membro, foi possível realizar um apreciável número de Acções de Publicidade e Promoção da Cooperação Transfronteiriça (APP-CT), que incluíram distintas áreas de cooperação no campo do desporto, da cultura, da formação em língua espanhola, publicidade radiofónica e em meios de comunicação informática e escrita, ou participação em feiras transfronteiriças, paralelamente às actividades de natureza estatutária, como reuniões de coordenação, ou comunicacional dos projectos, com relevância para a produção de artigos de *merchandising*.

Promoveu-se a co-organização e a participação na celebração do Dia da Europa da EUROACE, assim como a estruturação, organização e promoção da participação da Região Alentejo na European Week of Regions and Cities, com a participação, em Bruxelas da Vice-Presidência e da Universidade de Évora em torno da temática da economia circular.

No quadro das actividades inerentes à cooperação transnacional e inter-regional, promoveu-se a divulgação e ponderação das oportunidades de parceria e envolvimento próprio e das potenciais parcerias regionais nos programas SUDOE, Espaço Atlântico, MED, assim como na cooperação internacional Interreg Europe, bem como contactos específicos para determinados projectos que carecem de parcerias regionais.

Importará referir a consistência do trabalho desenvolvidos nas várias áreas asseguradas pela DSCGAF, nomeadamente ao nível das condições da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, na Segurança da Informação, na Reorganização dos Arquivos, no desenvolvimento de projectos, e

no assegurar, de forma eficaz, todas as demais áreas (recursos humanos, financeira, orçamental, tesouraria, apoio, expediente, informática).

Por seu lado no âmbito da avaliação ambiental de projectos importa referir a gestão dos processos de Avaliação de Impacte Ambiental, quer enquanto Autoridade de AIA quer enquanto participante em Comissões de Avaliação, e de Avaliação de Incidências Ambientais. A taxa de acompanhamento dos processos foi de 82 %, apesar de um grande aumento do número de processos entrados.

Quanto a gestão de resíduos refere-se a execução de processos de licenciamento de operações de gestão de resíduos e de aterros (incluindo averbamentos e renovações), cujo resultado (92%) demonstra que o objectivo foi superado.

A Participação no processo de licenciamento de actividades industriais (REAL/SIR), pecuária (REAP) e extractiva, através da emissão de pareceres ambientais e da apreciação e aprovação de Planos Ambientais e de Recuperação Paisagística de Pedreiras e consequente definição das respectivas cauções, conseguiu atingir-se um valor de cerca de 71% de respostas às entidades licenciadoras em 90% do prazo legal para as mesmas.

No que respeita à análise de relatórios de controlo de projectos licenciados, atingindo-se uma taxa de acompanhamento de 87 %, superando-se assim o objectivo. De relevar a tarefa de coordenação do procedimento de pós-avaliação de AIA dos projectos do EFMA, atingindo-se um valor de 85%.

Alcançou-se a conclusão do “Estudo de caracterização das pedreiras do Alentejo”, em colaboração com outras unidades orgânicas internas (DSOT/SIG e DSF) e externas – DGEG e CCDR Algarve.

No campo do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) que envolveu a continuação da dinamização e acompanhamento dos IGT, a Articulação/coordenação intersectorial, a aplicação do PROT Alentejo, a transposição dos Planos Especiais de Ordenamento do Território e a incorporação dos princípios da Lei de bases gerais da política pública de solos, ordenamento do território e urbanismo Lei nº 31/2014, de 30 de Maio, bem como o apoio técnico às autarquias locais e particulares foi efectuado um trabalho assertivo de acordo com as Deu-se continuidade à aplicação do Regime Jurídico da REN. A CCDR Alentejo, acompanha em conjunto com a APA/ARH's, as delimitações da REN ao abrigo das orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, tal como a gestão do regime jurídico da REN. Esta é uma das tarefas que ocupa de forma significativa os técnicos da respectiva unidade orgânica, tendo em 2017 sido analisados 608 processos. Também durante o corrente ano há a registar a realização de 9 reuniões técnicas do Grupo de Trabalho da REN, incumbido pela Comissão Nacional do Território de avaliar a aplicação das orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, para o que foram realizados diversos testes aos critérios e às metodologias respectivas.

Aplicou-se o Regime Jurídico da Edificação e Urbanização, no âmbito do qual foram tramitados um conjunto de processos.

Foram elaborados diversos pareceres e tratamento de informação sobre Planos de Gestão Florestal aprovados na região Alentejo através de sistema digital georreferenciado de armazenamento da informação para apuramento das dinâmicas tendenciais de alteração em

solo rústico, evidenciando, assim, através de indicadores adequados o grau de ajustamento aos instrumentos de planeamento e gestão.

Quanto aos sistemas de informação e plataformas electrónicas, estando sedado na DSOT o SIG, deu-se continuidade à promoção da actualização e melhoramento de dados e indicadores que o constituem, incluindo introdução de informação sectorial georreferenciada, assegurando igualmente a continuação do processo de conversão para o sistema de referência ETRS89 da informação geográfica incorporada.

As representações institucionais são tarefas importantes sendo que entre outras, a representação na entidade que gere o regime jurídico da RAN, envolveu a preparação dos processos e a participação presencial em 11 reuniões.

Organização/apresentação de comunicações em Seminários referentes a temáticas relevantes da actualidade, nomeadamente sobre aplicação da Lei de Bases da Política de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo e diplomas complementares (RJGT, RJUE), Alteração do PNPOT, REN, Combate à desertificação, Alterações Climáticas.

Entre Julho e Outubro de 2017 foi realizada uma Auditoria Interna à cobrança de taxa no âmbito do procedimento de avaliação de impacto ambiental no ano de 2016 na CCDR.

Em 22/12/2017 foi apresentado o Relatório de Monitorização do PPRCI da CCDR Alentejo e Alentejo2020 e enviado o Relatório do Plano para o Secretário-geral da Presidência do Conselho de Ministros.

Em matéria de percentagem de pareceres jurídicos emitidos às autarquias locais e suas associações no prazo de 30 dias (actividade/indicador que integrou em simultâneo o Plano de Actividades e o QUAR), foi superada a meta estabelecida, sendo alcançada uma taxa de resposta às solicitações de 62,7%; nas acções de esclarecimento às autarquias locais (actividade igualmente prevista no QUAR), foi cumprida a meta estabelecida com uma margem confortável, à beira da superação.

Foram também atingidos elevados graus de execução quer dos processos de avaliação da cooperação técnica e financeira, quer do acompanhamento técnico da execução do plano oficial de contabilidade das autarquias locais e, ainda, da análise à evolução da execução financeira dos municípios do Alentejo.

Houve uma continuidade na orientação política da racionalização de custos, tendo sido promovida uma maior eficiência operacional e uma maior eficácia nos serviços, traduzindo-se num reforço do esforço do ano anterior que correspondeu a um gasto total inferior ao planeado (-1 100 075 €). Os gastos em funcionamento tiveram um decréscimo de cerca de -181 287€, devido essencialmente a despesas com pessoal.

Foram implementados novos métodos de trabalho, traduzidos numa melhoria contínua do serviço prestado aos utentes (públicos e privados) mediante a continuidade da desmaterialização de processos e redução dos prazos de pagamento a fornecedores.

Este desempenho global da CCDR Alentejo traduziu-se numa avaliação final do cumprimento do plano anual de actividades de 117,4% e do QUAR de 113,4%, o que decorre do facto de terem sido atingidos todos os objectivos do QUAR e de dois deles terem sido superados, o que permite propor uma avaliação final de Bom.

Sistematizam-se, na tabela seguinte, as linhas orientadoras/medidas do Programa do XXI governo que se identificaram com maior enfoque nas atribuições desta CCDR, tendo os objectivos Estratégicos sido devidamente articulados com este Programa.

ARTICULAÇÃO DO PLANO COM O PROGRAMA DO GOVERNO

PILARES DEFINIDOS NAS GOPS 2017	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS CCDRA 2017
Valorização do Território	OE 1 - Dinamizar ao nível regional as políticas de desenvolvimento nos domínios económico, social, ambiental e territorial
	OE 2 - Optimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuídos á região
	OE 3 - Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados
	OE 4 - Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações
	OE 5 - Dinamizar a cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional
Modernização do Estado	OE 2 - Optimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuídos á região
	OE 4 - Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações
	OE 6 - Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos <i>stakeholders</i> externos
Redução do Endividamento da Economia	OE 2 - Optimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuídos á região
Reforço da Igualdade e da Coesão Social	OE 2 - Optimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuídos á região
	OE 4 - Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações
Promoção da Inovação na Economia Portuguesa	OE 2 - Optimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuídos á região
	OE 4 - Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações
	OE 5 - Dinamizar a cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional
Qualificação dos Portugueses: menos insucesso, mais conhecimento, mais e melhor emprego	OE 2 - Optimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuídos á região

13 Apreciação Qualitativa e Quantitativa dos Resultados Alcançados

Avaliação - Objectivos e Indicadores						
Parâmetros	Objectivos	Indicadores	Taxa de Realização indicador	Avalia qualidade indicador	peso indicador objectivo	Taxa de Realização objectivo
Eficácia	Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais no âmbito do desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial	Prazo de entrega de relatório anual	100%	Atingiu	60%	100,0%
		Promover o planeamento estratégico e a concertação das políticas publicas de base regional	100%	Atingiu	40%	
Eficiência	Promover o planeamento estratégico e a concertação das políticas publicas de base regional	Índice de reuniões de trabalho da equipa técnica	100%	Atingiu	60%	100,0%
		Prazo de entrega do relatório de diagnóstico regional	100%	Atingiu	40%	
	Optimizar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região	Valor reembolsado pela CE	100%	Atingiu	50%	100,0%
		Rácio pagamento programado	100%	Atingiu	50%	
	Optimizar o apoio técnico às autarquias locais e suas associações	Percentagem de pedidos de parecer despachados até 30 dias úteis face ao total de pedidos entrados no ano	114%	Superou	60%	118,3%
		Nº de acções de esclarecimento às autarquias locais	125%	Superou	40%	
Qualidade	Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e ambiente	Taxa de cobertura territorial das acções de sensibilização	150%	Superou	50%	137,5%
		Número de acções de sensibilização sobre matérias de ambiente e ordenamento	125%	Superou	50%	

PARAMETROS

AVALIAÇÃO GLOBAL					
Eficácia		Eficiência		Qualidade	
Ponderação	30	Ponderação	40	Ponderação	30
100,0%		105,5%		137,5%	

Conforme já se referenciou, e analisou em ponto anterior do presente relatório, a CCDRA revela uma taxa de realização do QUAR de 113,4%, tendo os parâmetros eficácia, eficiência e qualidade, sido ponderados em 30%, 40% e 30%, respectivamente, tendo o 1º parâmetro obtido a taxa de realização de 100,0%, o de eficiência 105,5%, e de qualidade de 137,5%.

De referir que dos 5 objectivos, 3 foram superados e os restantes atingidos. Do grupo dos 3 objectivos mais relevantes, dois foram cumpridos e um foi superado. A execução do Plano é de 117,4%, em que 52% das actividades tiveram resultados superados face às metas definidas.

AVALIAÇÃO FINAL DA CCDR ALENTEJO		
Bom	Satisfatório	Insuficiente
113,4%		

Face aos resultados alcançados e com base no quadro legislativo referente ao SIADAP, Lei nº 66-B/ 2007 de 28 de Dezembro nomeadamente o ponto 1 do seu Artigo 18º, o Decreto – Lei nº 183/96, de 27 Setembro, bem como as orientações e Notas Técnicas emanadas da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, propõe-se para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, a menção de Desempenho Bom, sustentada na avaliação quantitativa do QUAR de 113,4%, o que decorre do cumprimento de três objectivos e da superação de dois dos cinco objectivos.

A distinção de mérito agora proposta sustenta-se ainda na coesão da suas linhas estratégicas e no seu alinhamento com objectivos formulados, tal como evidenciado no presente relatório e no desempenho alcançado ao nível da concretização do seu Plano de Actividades, com uma taxa de realização de 117,4%.

14 Descrição dos Mecanismos de Participação e Auscultação dos Clientes Internos e Externos

Tendo em conta os dados já apresentados no capítulo referente à análise dos questionários feitos aos *stakeholders* externos e internos, recuperam-se neste capítulo os mecanismos de participação e auscultação dos mesmos, apresentando-se as tabelas com os elementos constantes da metodologia resultante da aplicação de questionários diferenciados, assim como do grau de satisfação apurado (Internos - 3,28 para os dirigentes e 2,83 para não dirigentes; Externos – 3,85), numa escala de 1 a 5, tal como explicitado no capítulo próprio.

Inquérito à satisfação dos funcionários da CCDR Alentejo - 2017 - Ficha técnica

DESIGNAÇÃO	Valor Absoluto	%
Universo	184	100,0
Respostas	169	91,8
Respostas Validas	163	88,6
Branco	6	3,3
Nulos	0	0,0
Não Respostas	15	8,2
Trabalho de campo realizado entre 03 e 10 de Março de 2018		

Inquérito à Satisfação dos Funcionários - 2017

Instituição	Total	Dirigentes	Não Dirigentes
Total da CCDR Alentejo	2,89	3,28	2,83

Nível de Satisfação - Valores médios numa escala de 1 a 5 valores

Inquérito à satisfação dos utilizadores dos serviços da CCDR Alentejo - 2017

Ficha técnica

DESIGNAÇÃO	Universo	Respostas	%
Universo	465	51	11,0
Administração Central	53	3	5,7
Administração Local	93	15	16,1
Associações	39	7	17,9
Empresas	131	13	9,9
Fornecedores	7	2	28,6
Cidadãos	142	11	7,7
Não Respostas		414	89,0
Inquérito realizado entre 02-02-2018 e 28-02-2018			

Inquérito à satisfação dos utilizadores dos serviços da CCDR Alentejo – 2017

Entidade	Total
TOTAL CCDR ALENTEJO	3,85
Nível de Satisfação - Valores médios numa escala de 1 a 5 valores	

15 Conclusões Prospectivas e Plano de Melhorias a Implementar

O balanço dos resultados alcançados face ao que inicialmente foi previsto promove a necessidade de avaliação e ponderação dos eventuais estrangulamentos no sentido de os corrigir ou minimizar.

Dessa forma foi solicitado a todos a todos os colaboradores com funções de chefia e gestão, que identificassem quais os factores que poderiam contribuir para melhorar o desempenho da organização e constitui-los como um Plano de Melhorias a implementar em 2018. Dessa forma transcrevem-se os referidos contributos e assinalam-se as principais possibilidades de os resolver:

É fundamental assegurar a participação da CCDR Alentejo nos Programas e Associações europeias a que pertence, por posicionamento territorial ou por escolha estratégica, permitindo que a Região tenha uma intervenção efectiva, prevendo-se a criação em Orçamento de projecto de cooperação inter-regional que suporte estas intervenções de modo directo e eficiente do ponto de vista da participação activa e actuante em projectos de cooperação territorial europeia.

Deverá realizar-se uma reorganização estrutural com vista à segregação de funções entre o acompanhamento de eurorregiões e execução de projectos e a coordenação regional do POCTEP, de modo a tornar o sistema mais eficaz e transparente.

Atendendo ao aumento de competências que anualmente vão sendo solicitadas à UCIA, para melhorar o seu desempenho há que formar uma unidade com elementos de dedicação exclusiva.

O apetrechamento da DSAJAL com aplicações informáticas que potenciem a eficácia de processos e evitem duplos registos de informação será sem dúvida determinante para a melhoria do desempenho do serviço prestado pela CCDRA, concretamente a Plataforma Electrónica de Informação Autárquica, a qual envolverá a recolha tratamento, fluxo e análise de dados, designadamente contabilístico-financeiros, dos *stakeholders* que compõem a Administração Local do Alentejo; por outro lado, o desejável módulo de interface entre o Sistema de Gestão Documental e a Base de Dados das Contra-ordenações, numa tentativa de incrementar as sinergias.

O reforço dos recursos humanos nas áreas identificadas como carenciadas (proposta: avaliação da possibilidade de mobilidade interna ou reafectação de técnicos da CCDRA), torna-se importante para o sector do ambiente Bem como a participação dos técnicos afectos à DSA em acções de formação de índole técnica, relativas a temáticas directamente relacionadas com as áreas de competência atribuídas a esta unidade orgânica.

Melhorar a partilha da informação entre os SSR's e a Sede a todos os níveis, sendo igualmente desejável uma melhor integração dos dirigentes sub-regionais nas actividades mais relevantes da Comissão de Coordenação nomeadamente ao nível do planeamento e gestão.

Aplicação da informação tratada e respectivos indicadores produzidos pelo Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais no acompanhamento dos IGT e, em particular, no contributo para a actualização do diagnóstico regional no âmbito de todos os trabalhos produzidos na CCDR como por exemplo o estudo da alteração do PNPOT.

Proposta para “ modernização” do equipamento audiovisual do Auditório e das salas de reuniões.

Realização de acções que visem a partilha de boas práticas e benchmarking entre as CCDRs e outros serviços desconcentrados da Administração Pública.

Incrementar a difusão de informação para poder melhorar os tempos e a eficácia de resposta interna e ao exterior.

Através do empenho de todos, a CCDR tudo fará para que o Alentejo se aproxime cada vez mais de uma Região com um bom desenvolvimento sustentável, dinâmico, inovador e preparado para o futuro.

Para o ano de 2018 considera-se assim a necessidade de, apesar dos resultados alcançados, que venha a ser implementado o Plano agora apresentado. Desta forma, é apresentado um mapa cujo conteúdo reflecte o que se entende como acções que poderiam contribuir para um reforço positivo do desempenho.


PLANO DE MELHORIAS PARA 2018

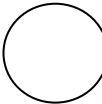
Código	Áreas de Melhoria a Promover	Sugestões de Acções de Melhoria
1	Cooperação inter-regional	Reforçar a participação da CCDR Alentejo nos Programas e Associações europeias (não alcançado em 2017)
2	Recursos Humanos	Reforço das áreas já identificadas, ponderando a possibilidade de mobilidade interna temporária, para posterior opção de afectação definitiva
3	Formação e Competências Técnicas	Promover a participação dos técnicos afectos à DSA em acções de formação de índole técnica, relativas a temáticas directamente relacionadas com as áreas de competência atribuídas a esta unidade orgânica(não realizado em 2017)
4	Informática_Software	Realização de um plano de utilização dos materiais informáticos disponíveis de forma a permitir e potenciar a prática administrativa desmaterializada (nomeadamente o SIG).
5	Parque automóvel	Procurar renovar uma parte do parque automóvel (conseguido parcialmente em 2017)
6	Gestão e Desenvolvimento Organizacional	Melhorar a articulação entre unidades nucleares e unidades flexíveis. Melhorar a circulação de informação interna. Melhorar a partilha de informação entre os serviços internos da Comissão e reforçar a integração dos serviços sub-regionais nas actividades desenvolvidas nos diversos âmbitos.
7	Meios administrativos	

ANEXOS

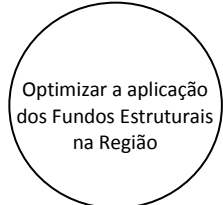
ANEXO I - ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

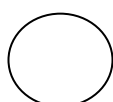
Alinhamento Estratégico Planificado para a CCDR Alentejo no Exercício de 2017

Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Actividade	uo
OE 1 - Dinamizar ao nível regional as políticas de desenvolvimento nos domínios económico, social, ambiental e territorial	Assegurar a implementação regional dos instrumentos de gestão territorial	Análise aos processos de comunicação prévia entrados neste SSP relativos à NUT III (RJUE RJREN). Análise e acompanhamento de IGT(s)	SSP
	 <p>Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais no âmbito do desenvolvimento económico, social e territorial</p>	Sistematização, tratamento e disponibilização de informação relevante para o desenvolvimento regional	DSDR
		consolidação do SIG regional	DSOT
		fiscalização de processos relativos a usos e acções sujeitos a controle prévio	DSOT
		Gestão do regime jurídico da RAN	DSOT
		gestão do regime jurídico da REN	DSOT
		Sensibilização de instituições e cidadãos para as temáticas do Ordenamento do Território	DSOT
		Dinamização e monitorização da Estratégia Regional de Especialização	OADR
		Monitorização das dinâmicas regionais de desenvolvimento e da coesão social e territorial	OADR
		Sistematização, tratamento e disponibilização de informação relevante para o desenvolvimento regional	OADR
Gestão do regime jurídico da restrição de utilidade pública REN (SSB)	SSB		

 Objectivo QUAR

Alinhamento Estratégico Planificado para a CCDR Alentejo no Exercício de 2017

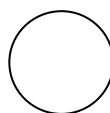
Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Actividade	uo
OE 2 - Optimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuídos à região	Gerir eficazmente outros instrumentos financeiros	Cooperação técnica e financeira entre a Administração Central, Autarquias Locais e suas associações e Particulares	DSAJAL
		Acções de Informação e divulgação do Alentejo 2020	GABC
		Actualização do website do Alentejo 2020	GABC
		Regime de Incentivo do Estado à Comunicação Social	GICS
		Regime de Incentivos do Estado à Comunicação Social - Incentivos Diretos	GICS
		Regime de Incentivos do Estado à Leitura de Publicações Periódicas - Porte Pago	GICS
		Regimes de Incentivos do Estado à Comunicação Social	GICS
		Relatório Anual de Execução dos Regimes de Incentivos do Estado à Comunicação Social de âmbito regional e local de 2016	GICS
		Apreciação e Acompanhamento de projectos candidatados	SSP
		Auditoria da verificação da cobrança de taxas no âmbito do procedimento de avaliação de impacto ambiental	UCIA
	Prevenção de Corrupção e Infrações conexas	UCIA	
	 Optimizar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região	Desempenho do Programa Operacional Regional do Alentejo 2020	ALENTEJO2020
		Apreciação de candidaturas aos Sistemas de Incentivos ao Portugal 2020	DSDR
		Optimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuídos à região	SSB



Objectivo QUAR

Alinhamento Estratégico Planificado para a CCDR Alentejo no Exercício de 2017


Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Actividade	uo	
OE 3 - Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados	Assegurar a implementação regional dos instrumentos de gestão territorial	Elaboração de pareceres sobre estudos, planos e programas no âmbito do ordenamento do território	DSDR	
		Apoio ao Governo na dinamização e elaboração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	DSOT	
		Articulação entre os vários níveis de governação	DSOT	
		Apoio técnico em matéria de gestão e aplicação de instrumentos de ordenamento do território.	SSB	
		Articulação dos instrumentos de gestão territorial no âmbito das orientações das políticas públicas	SSB	
		Enquadramento técnico de iniciativas/acções específicas nos Instrumentos de Gestão Territorial aplicáveis	SSL	
		Fiscalização de procedimentos de controlo prévio concluídos em 2012 (SSL)	SSL	
		Gestão do regime jurídico da restrição de utilidade pública REN (SSL)	SSL	
	Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental na região		Estratégia de Regularização das Pedreiras	DSA
			Gestão de processos de avaliação de impacte ambiental e de incidências ambientais de projectos	DSA
			Gestão de processos de licenciamento de actividades económicas	DSA
			Monitorização ambiental	DSA
			Disponibilização interna da informação relativa às contraordenações ambientais e às autarquias locais	DSAJAL
			Instrução de processos de contraordenação ambiental	DSAJAL
			Elaboração de pareceres sobre estudos de impacto ambiental	DSDR
			Acções de Fiscalização dirigidas aos Operadores GRs licenciados (DSF)	DSF
			Disponibilidade de informação legal relevante sobre ambiente e ordenamento do território	DSF
			Estratégia de regularização da indústria extrativa (DSF)	DSF
			Fiscalização de procedimentos de controlo prévio concluídos em 2012 (DSF)	DSF
			Fiscalização em matéria de ambiente/ordenamento do território na sequência de reclamações/denúncias recebidas	DSF
			Acções de Fiscalização dirigidas aos Operadores GR's licenciados (SSB)	SSB
			Acompanhamento dos processos de pós-avaliação sujeitos a AIA	SSB
			Estratégia de regularização da indústria extrativa (SSB)	SSB
			Fiscalização de procedimentos de controlo prévio concluídos em 2012 (SSB)	SSB
			Fiscalização em matéria de ambiente/ordenamento do território na sequência de reclamações/denúncias recebidas.	SSB
			Elaboração de autos de notícia decorrentes de acções de fiscalização	SSL
			Exploração da rede de estações de monitorização da qualidade do ar	SSL
			Fiscalização em matéria de ambiente/ordenamento do território na sequência de reclamações/denúncias recebidas, para o correspondente território de actuação.	SSL
	Acções de fiscalização na NUT III Alto Alentejo, no âmbito de situações detectadas ou monitorizadas pelo SSP e de reclamações/denúncias recebidas, em materia ambiental	SSP		
	Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e ambiente	Sensibilização de instituições e cidadãos para a temática do Ambiente	DSA	



Objectivo QUAR

Alinhamento Estratégico Planificado para a CCDR Alentejo no Exercício de 2017

Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Actividade	uo
OE 4 - Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações	Acompanhar a actividade da administração local com vista à formulação de novas políticas	Acompanhamento dos SGRU	DSA
		Acompanhamento da evolução financeira das autarquias locais	DSAJAL
		Validação das prestações de contas, documentos previsionais, fichas trimestrais e dossiers do Fundo Social Municipal (FSM) fundo consignado em OE - colaboração institucional com a DGAL	DSAJAL
	Melhorar o apoio técnico às autarquias locais e suas associações	Acompanhar a execução do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL/SNC-AP)	DSAJAL
		Apoio técnico às autarquias locais e suas associações	DSAJAL
		Divulgação de informação relevante para a administração local	DSAJAL
		Iniciativas de descentralização e de capacitação da Administração Local e entidades Particulares	DSAJAL

 Objectivo QUAR

Alinhamento Estratégico Planificado para a CCDR Alentejo no Exercício de 2017

Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Actividade	uo
OE 5 - Dinamizar a cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional		Dinamização das Eurorregiões EUROACE e EUROAAA	DCI
	Promover a cooperação transnacional	Gestão estratégica e operacional do Interreg V A 2014-2020	DCI
		Participação do Alentejo nos diferentes âmbitos da Cooperação Territorial Europeia	DCI

Alinhamento Estratégico Planificado para a CCDR Alentejo no Exercício de 2017

Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Actividade	uo
OE 6 - Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos stakeholders externos	Inovar nos processos de gestão interna	Implementação de um novo Sistema de Gestão Documental	DSCGAF
		Implementação do Portal do Trabalhador/Dirigente	DSCGAF
		Processo de Certificação da Qualidade da CCDR Alentejo	DSCGAF
	Melhorar a comunicação interna e externa	Acções de Informação e divulgação da CCDRA	GABC
		Elaboração de Revista de Imprensa	GABC
	Melhorar a gestão organizacional	Apoio jurídico aos serviços da CCDR Alentejo	DSAJAL
		Criação on-line de formulário para receção de candidaturas espontâneas+CV, com resposta automática formatada	DSCGAF
		Implementação generalizada a todos os dirigentes, da assinatura digital	DSCGAF
		Licenciamento de produtos Microsoft	DSCGAF
		Elaboração e monitorização dos Documentos de Gestão Estratégica Organizacional da CCDRALentejo	DSDR

ANEXO II – BALANÇO SOCIAL E RELATÓRIO DE FORMAÇÃO

BALANÇO SOCIAL 2017

NOTA INTRODUTÓRIA

O Balanço Social 2017 da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo) foi elaborado em conformidade com o estabelecido pelo Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de outubro, que determina a elaboração e apresentação do Balanço Social por todos os serviços e organismos da Administração Pública Central, Regional e Local, incluindo os Institutos Públicos que revistam a natureza de serviços personalizados e fundos públicos que, no termo de cada ano civil, tenham um mínimo de 50 trabalhadores ao seu serviço, qualquer que seja a relação jurídica de emprego.

Evidenciando um conjunto de indicadores de gestão, este documento visa sintetizar informação relacionada com o funcionamento da CCDR Alentejo ao longo de 2017, no que concerne às áreas dos recursos humanos e respetivos encargos financeiros. Trata-se de um instrumento fundamental para caracterizar socialmente este organismo e avaliar o seu capital humano. Como tal, constitui-se como uma referência de base para a definição e implementação da política de recursos humanos da CCDR Alentejo, pretendendo-se que venha a prestar contributos relevantes para a valorização dos mesmos, por via do aumento das suas competências, do seu nível de motivação, e consequentemente para a melhoria do clima organizacional.

Efetivamente, apenas conhecendo com um elevado nível de profundidade os recursos humanos de uma organização, poderemos delinear as estratégias que permitam promover de forma continuada a sua valorização, o que se afigura como fator determinante para uma Administração Pública mais eficiente.

Divisão de Recursos Humanos e Administração Geral

IDENTIFICAÇÃO DO ORGANISMO

1. Designação: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO (CCDRA)

2. Sede: Évora

Morada – Av. Eng. Arantes e Oliveira, 193 – 7004-514 ÉVORA

Telefone – 266740300

Fax – 266706562

E-mail – expediente@ccdr-a.gov.pt

Site - www.ccdr-a.gov.pt

3 .Serviços Desconcentrados: Beja, Portalegre e Vila Nova de Santo André

4. Número de Pessoa Coletiva - 600 075 826

5. Missão do Organismo – A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) é um serviço tutelado pelo Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, em coordenação com o Ministro Adjunto, no que diz respeito à relação com as autarquias locais e, com o Ministro do Ambiente, no que diz respeito à definição de orientações estratégicas e à fixação de objetivos nas matérias de ambiente e ordenamento do território, de acordo com o nº 6 do artigo 24º, do Decreto-Lei nº 251-A/2015, de 17 de dezembro, que aprovou o regime de organização e funcionamento do XXI Governo Constitucional.

6. Número de Pessoas ao Serviço: Em 31 de dezembro de 2017 – **184**

7 .Natureza Jurídica - Serviço periférico da administração direta do Estado, integrado no Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, dotado de autonomia administrativa e financeira.

8. Diplomas Orgânicos – Os principais diplomas orgânicos enquadradores da atividade da CCDRA são os seguintes:

1. **DL nº 228/2012, de 25 de outubro** - define a missão e atribuição das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, o seu âmbito de atuação e os seus órgãos de gestão e recursos.
2. **DL nº 251-A/2015, de 17 de dezembro** – aprova o regime de organização e funcionamento do XXI Governo Constitucional.
3. **Portaria nº 528/2007, de 30 de abril** – define a estrutura nuclear das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, e respetivas competências.
4. **Portaria nº 590/2007, de 10 de maio** – fixa o número de unidades orgânicas flexíveis para cada uma das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
5. **Despacho nº 14484/2007, de 31 de maio** – define as estruturas flexíveis da CCDRALentejo, e respetivas competências.
6. **Despacho nº 12643/2010, de 26 de abril** – altera a estrutura flexível da Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional (DSDR) prevista no Despacho 14484/2007 de 31 de maio
7. **Despacho nº 8790/2015, de 10 de agosto** – altera a estrutura flexível da Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira (DSCGAF)

PAINEL DE INDICADORES DE GESTÃO 2017

Rácios	Fórmula	Indicador
Índice de enquadramento	$(\text{Total de Efetivos} - \text{Dirigentes}) \div \text{Dirigentes}$	5,81%
Leque etário	$\text{Trabalhador Mais Velho} \div \text{Trabalhador Mais Novo}$	2,09%
Nível etário médio (anos)	$\text{Somatório das idades de todos os trabalhadores} \div \text{Total de trabalhadores}$	52
Taxa de envelhecimento	$\Sigma \text{Efetivos Idade} \geq 55 \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	39,67%
Taxa de feminização	$\Sigma \text{Efetivos do Sexo Feminino} \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	55,43%
Índice de tecnicidade (com Dirigentes)	$(\text{Dirigentes} + \text{Técnicos Superiores}) \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	66,84%
Índice de tecnicidade (sentido lato)	$\text{Técnicos Superiores} \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	52,17%
Taxa de formação superior	$(\text{Total de Efetivos com Mestrado} + \text{Lic.} + \text{Pós-Graduação} + \text{Bacharelato ou Curso Médio}) \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	67,94%
Taxa de escolaridade ≤ 6 anos	$\Sigma \text{Efetivos com Escolaridade} \leq 6 \text{ anos} \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	3,80%
Taxa de escolaridade = 9 anos	$\Sigma \text{Efetivos com Escolaridade} = 9 \text{ anos} \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	2,17%
Taxa de escolaridade = 12 anos	$\Sigma \text{Efetivos com Escolaridade} = 12 \text{ anos} \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	22,82%
Taxa de reposição (%)	$\text{n}^\circ \text{ de trabalhadores que entraram} \times 100 \div \text{n}^\circ \text{ de trabalhadores que saíram}$	185,76%
Leque salarial ilíquido	$\text{Maior remuneração base líquida} \div \text{Menor remuneração base líquida}$	8,29%
Taxa de participação em ações de formação	$\text{N}^\circ \text{ de participantes em ações de formação} \times 100 \div \text{total dos trabalhadores}$	95,65%
Taxa de investimento em formação (%)	$\text{Total de despesas anuais com formação} \times 100 \div \text{total de encargos com pessoal}$	0,17%
Taxa de incidência de acidentes de trabalho (%)	$\text{N}^\circ \text{ de acidentes de trabalho} \times 100 \div \text{total de trabalhadores}$	0,54%
Taxa de absentismo	$\text{Total de Dias de Ausência} \div [\text{N}^\circ \text{ de Efetivos} \times \text{Dias Trabalháveis do Ano (retirados 22 de férias)}] \times 100$ (Nota: 217 dias trabalháveis em 2017)	7,24%

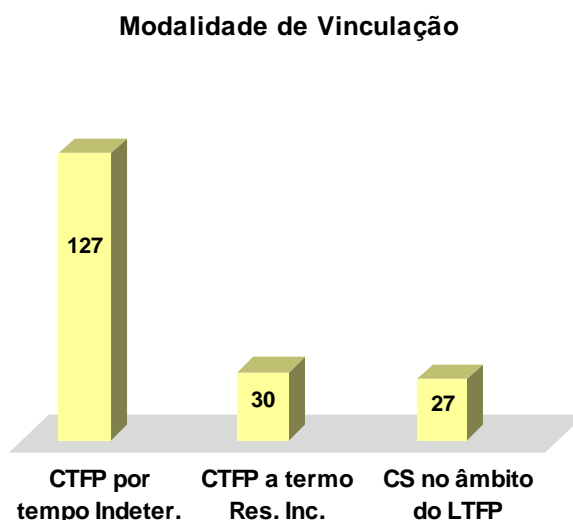
1. CARACTERIZAÇÃO DO EFETIVO GLOBAL

A estrutura orgânica da CCDR Alentejo conta com 184 colaboradores a 31 de dezembro de 2017, distribuídos conforme quadro anexo:

Dirigente Superior 1º Grau	1
Dirigente Superior de 2º Grau	7
Dirigente Intermédio 1º Grau	5
Dirigente Intermédio 2º Grau	14
Técnico Superior	96
Coordenador Técnico	2
Assistente Técnico	38
Vigilante da Natureza	4
Assistente Operacional	10
Informático	7
TOTAL	184

1.1 Efetivos por modalidade de vinculação

Dos 184 trabalhadores em funções na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, verifica-se que 127 têm Contrato em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, 30 têm Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto e 27 encontram-se em regime de Comissão de Serviço/Substituição/Gestão Corrente. Há ainda a considerar duas trabalhadoras em regime de tarefa, sendo que uma está a exercer funções no Serviço Sub-regional de Beja e a outra no Serviço Sub-regional de Portalegre.



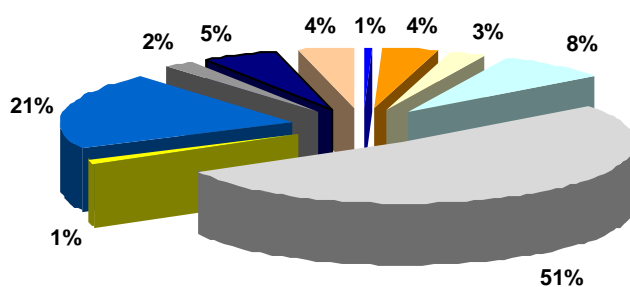
Modalidade de Vinculação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
CTFP por Tempo Indeterminado	151	141	139	139	123	122	125	127
CTFP a termo Resolutivo Incerto	29	30	30	29	29	32	32	30
CS no âmbito do LTFP	35	30	24	23	23	22	21	27
Total	215	201	193	191	175	176	178	184

*Existe 1 trabalhador em Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto que está em Comissão de Serviço como Dirigente Superior no âmbito do Programa Operacional Regional do Alentejo

1.2 Efetivos por grupo profissional/cargo/carreira

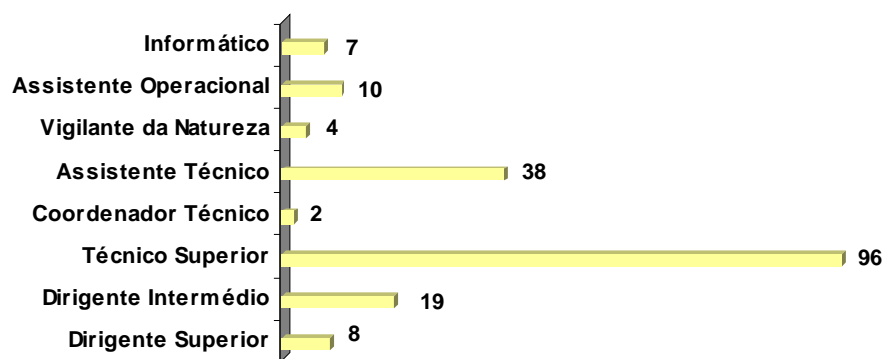
Em relação à distribuição de efetivos por grupos profissionais, verifica-se que, à semelhança dos anos anteriores, o maior número de efetivos encontra-se nos grupos de pessoal Técnico Superior (51%) e Assistente Técnico (21%), seguido dos Dirigentes Intermédios 2º Grau (8%), dos Dirigentes Superiores 2º Grau (5%), dos Dirigentes Superiores 1º Grau (4%), dos Dirigentes Intermédios 1º Grau (4%), dos Coordenadores Técnicos (3%), dos Informáticos (2%), dos Vigilantes da Natureza (1%) e dos Assistentes Operacionais (1%).

Percentagem de efetivos por Grupo, Cargo, Carreira



- Dirigente Superior 1º Grau
- Dirigente Superior de 2º Grau
- Dirigente Intermédio 1º Grau
- Dirigente Intermédio 2º Grau
- Técnico Superior
- Coordenador Técnico
- Assistente Técnico
- Vigilante da Natureza
- Assistente Operacional
- Informático

Distribuição de pessoal por grupo, cargo e carreira



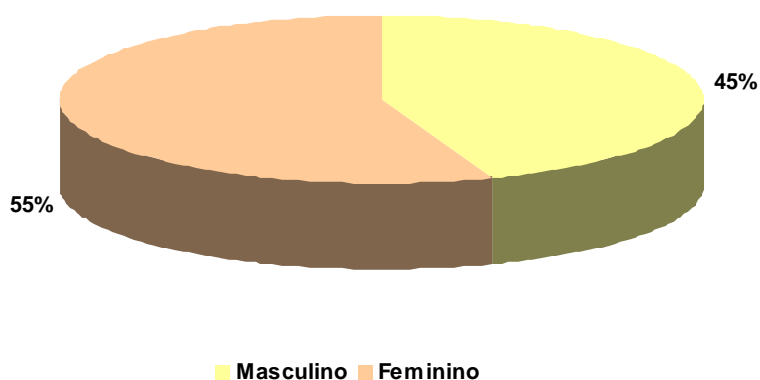
No que se refere ao índice de enquadramento, que expressa a relação entre o total de efetivos (não considerando os dirigentes) e o número de profissionais pertencentes ao grupo de pessoal dirigente, verifica-se um decréscimo no valor de 2017 (5,81%), relativamente ao valor do ano anterior (7,09%), o qual decorre do ligeiro aumento do número de efetivos não dirigentes, face ao decréscimo de dirigentes.

Recursos Humanos	Dirigentes	Total Efetivos	Índice de Enquadramento
2007	41	348	7,48
2008	34	241	6,08
2009	33	224	5,78
2010	35	215	5,14
2011	30	201	5,7
2012	25	193	6,72
2013	24	191	6,95
2014	24	175	6,29
2015	23	176	6,65
2016	22	178	7,09
2017	27	184	5,81

1.2 Efetivos segundo o sexo

Da análise dos dados da distribuição de efetivos por sexos, à semelhança dos anos posteriores a 2008, verifica-se a predominância do sexo feminino no universo dos efetivos (102 em 184). Esta realidade traduz-se numa taxa de feminização de 55% e de masculinização de 45%, a 31/12/2017.

Taxa de feminização e masculinização

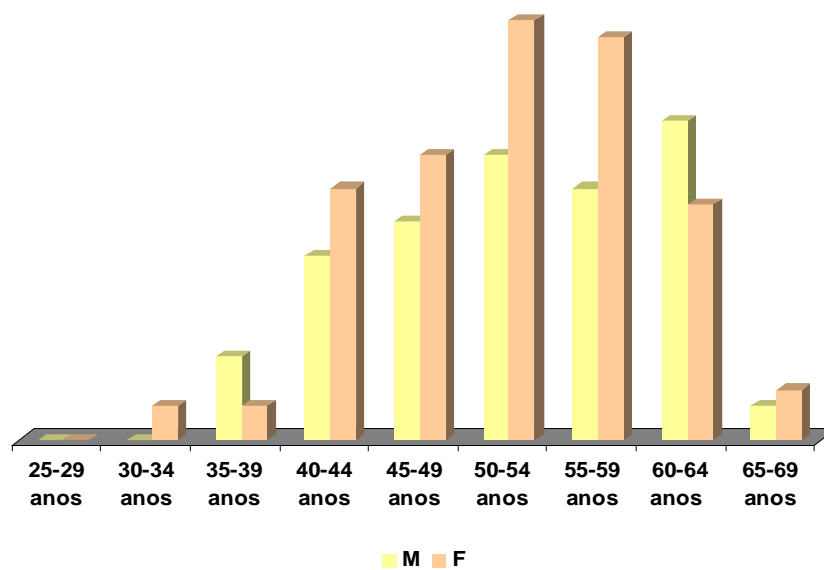


ANOS	M	F	TOTAL
2007	181	167	348
2008	125	116	241
2009	110	114	224
2010	103	112	215
2011	96	105	201
2012	91	102	193
2013	90	101	191
2014	80	95	175
2015	79	97	176
2016	78	100	178
2017	82	102	184

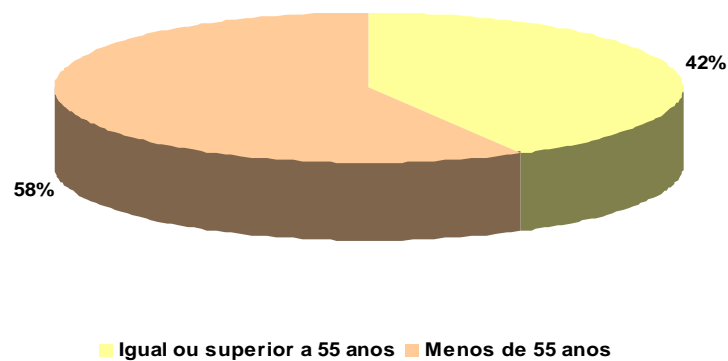
1.4 Efetivos por estrutura etária

Da análise da estrutura etária, mantém-se a tendência do ano anterior, com acentuação no envelhecimento dos trabalhadores, sendo a **taxa de envelhecimento** (que consiste no somatório dos efetivos de idade igual ou superior a 55 anos, sobre o total de efetivos) de **39,67%**. O **leque etário** (traduz-se na diferença entre o trabalhador mais novo de 31 anos e o mais velho de 67 anos) é de **35 anos**.

Trabalhadores por sexo, segundo o escalão etário



Taxa de Envelhecimento dos Trabalhadores



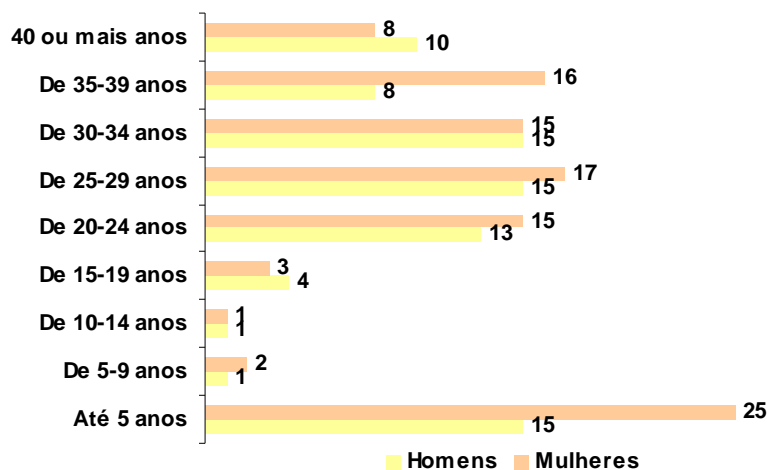
1.5 Efetivos por antiguidade

Em relação à estrutura de antiguidades, há a salientar que 40 trabalhadores, não abrangidos pelo Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, não têm antiguidade na Função Pública, pelo que foram colocados na coluna “até 5 anos”, nomeadamente:

- 4 Dirigentes Superiores
- 29 Técnicos Superiores, por terem CTFP a Termo Resolutivo Incerto
- 2 Informáticos, por terem CTFP a Termo Resolutivo Incerto
- 2 Assistentes Técnicos, por terem CTFP a Termo Resolutivo Incerto
- 2 Técnicos Superiores porque aguardam a consolidação da mobilidade
- 1 Informático porque aguarda a consolidação da mobilidade.

Estrutura de antiguidades	Homens	Mulheres	Total
Até 5 anos	15	25	40
De 5-9 anos	1	2	3
De 10-14 anos	1	1	2
De 15-19 anos	4	3	7
De 20-24 anos	13	15	28
De 25-29 anos	15	17	32
De 30-34 anos	15	15	30
De 35-39 anos	8	16	24
40 ou mais anos	10	8	18
Total	82	102	184

Trabalhadores segundo o nível de antiguidade e género

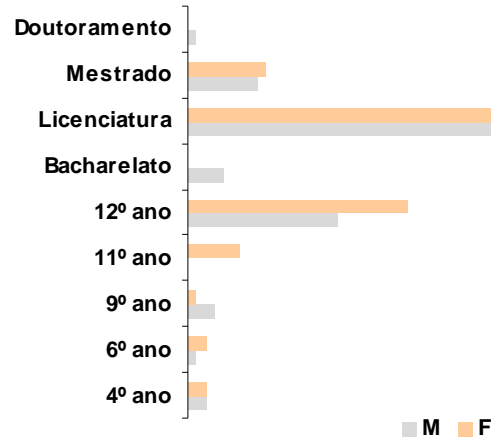


1.6 Estrutura habilitacional

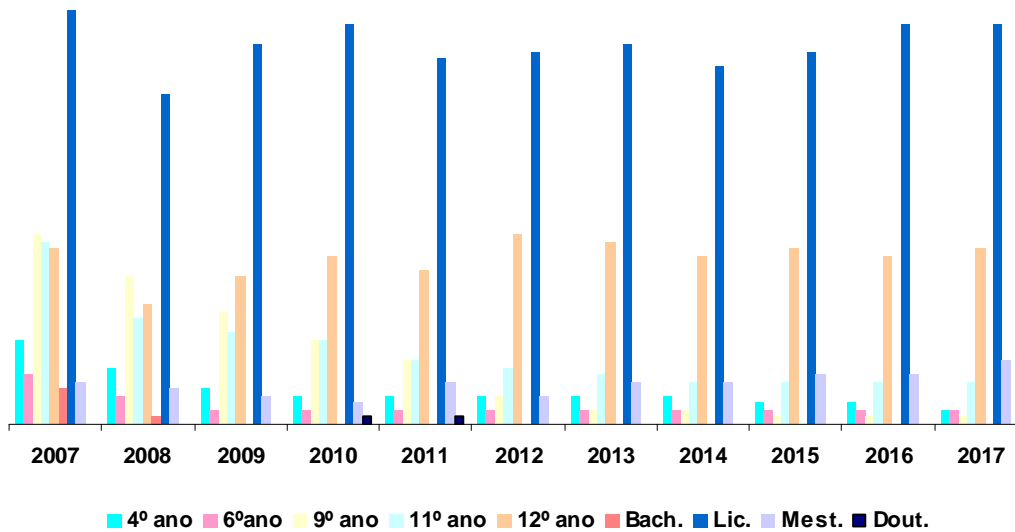
Dos 184 trabalhadores da CCDR Alentejo, 103 detêm uma licenciatura, que é o grau académico mais predominante. O escasso número de trabalhadores detentores de bacharelato (4) prende-se com a entrada do Processo de Bolonha nas Universidades Portuguesas, que fez cessar este grau de habilitação académica. O grau de mestrado (17) tem também um peso pouco significativo na estrutura habilitacional da CCDR Alentejo e o grau de doutoramento só tem um trabalhador em 2017.

Habilitações académicas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ensino Básico	91	63	45	39	31	20	17	14	12	12	11
Ensino Secundário	99	57	52	54	50	55	51	46	47	46	48
Bacharelato	12	7	5	5	4	4	4	4	4	4	4
Licenciatura	133	102	111	109	104	104	106	97	99	103	103
Mestrado	13	12	11	7	11	10	13	14	14	12	17
Doutoramento	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1
Total	348	241	224	214	201	193	191	175	176	178	184

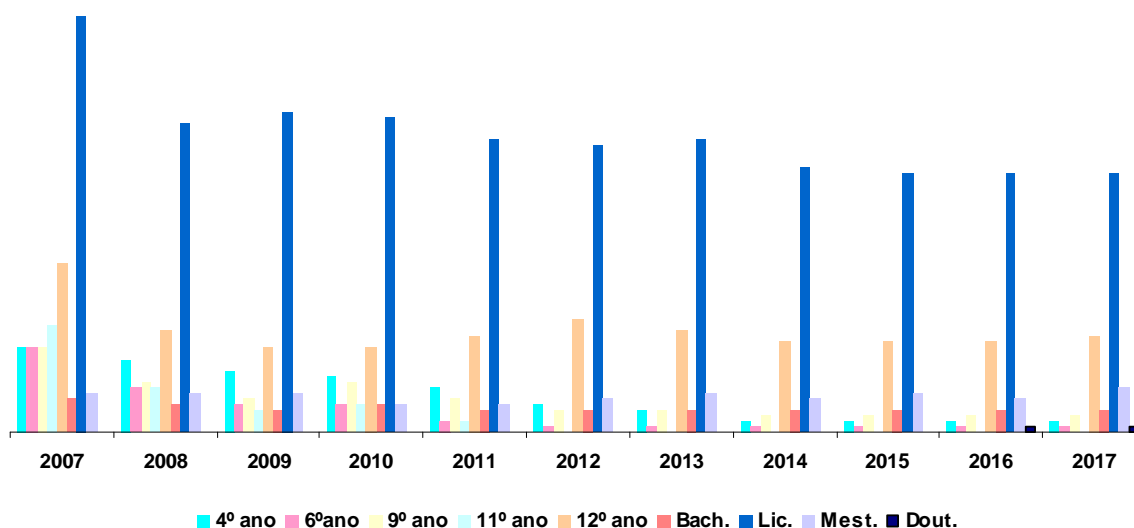
Habilitações Académicas



Estrutura habilitacional feminina



Estrutura habilitacional masculina



1.7 Trabalhadores portadores de deficiência

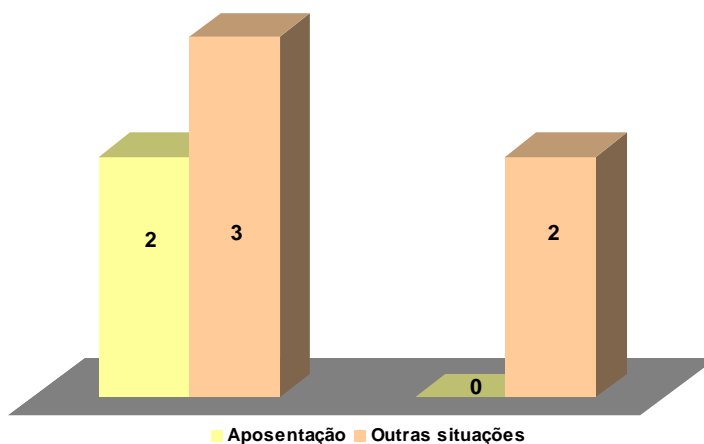
No ano de 2017 nenhum trabalhador esteve enquadrado no regime de trabalhador deficiente, de acordo com os regimes de isenções e benefícios fiscais para efeitos de tributação sobre o rendimento.

2. Movimentos de pessoal

2.1 Saídas

A 31 de dezembro de 2017 a CCDR Alentejo contava com 184 trabalhadores, constatando-se um aumento de 6 efetivos em relação a 31 de dezembro de 2016. Saíram 7 trabalhadores, nomeadamente: 5 TS por Outros Motivos e 1 por Aposentação e 1 AO por Aposentação.

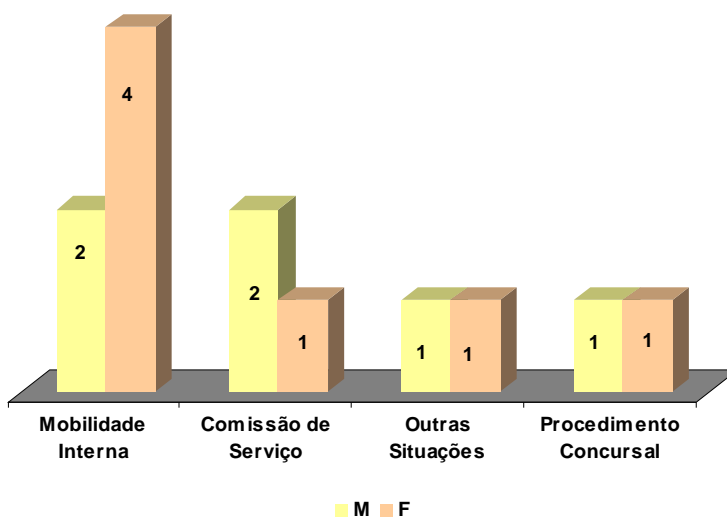
Saídas de trabalhadores contratados



2.2 Entradas – Admissões e regressos

Foram admitidos 13 trabalhadores, nomeadamente: 2 Dirigentes Superiores de 2º Grau e 1 Dirigente Intermédio de 2º Grau em Comissão de Serviço, 5 Técnicos Superiores através de Mobilidade Interna, 2 Técnicos Superiores por Procedimento Concursal, 1 Técnico Superior por Outras Situações, 1 Informático por Mobilidade Interna e 1 Assistente Técnico por Outras Situações.

Admissões



2.3 Mudanças de Situação

Em 2017 houve mudanças de situação de 3 trabalhadores: 2 TS por Procedimento Concursal e 1 TS por Consolidação de Mobilidade na Categoria.

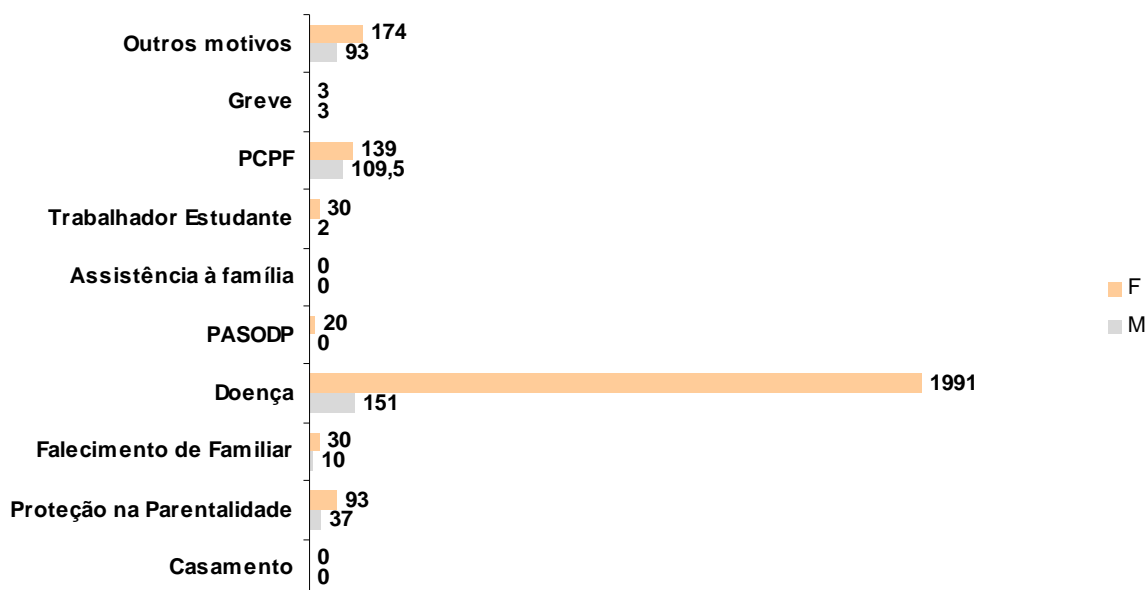
3. Alteração do posicionamento remuneratório

Em 2017 não houve alteração do posicionamento remuneratório de nenhum dos trabalhadores da CCDRA.

4. Absentismo

No ano de 2017 registaram-se 2892 dias de ausência ao trabalho. A taxa de absentismo é de 7,24%. Verifica-se uma maior ausência dos trabalhadores por motivos de doença, por conta do período de férias e por outros motivos.

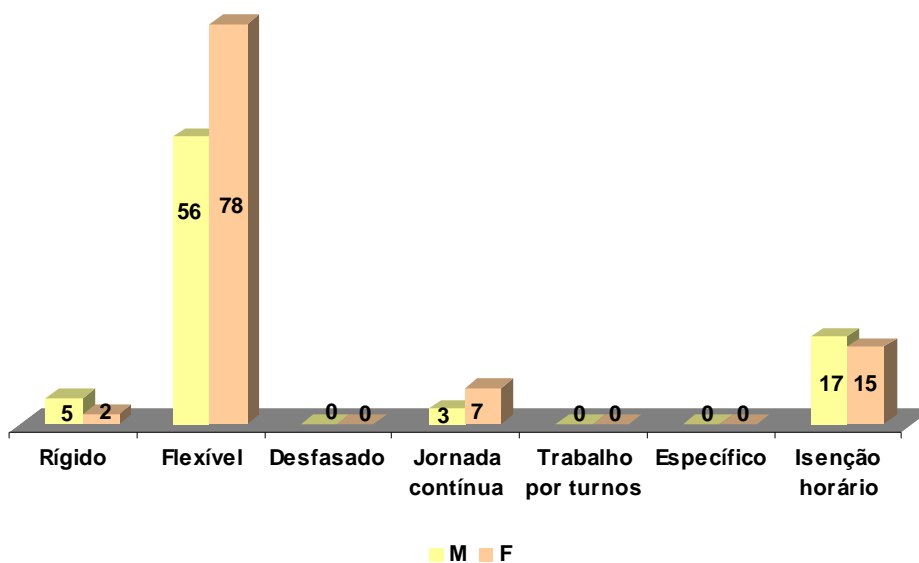
Motivos de ausência, por sexo



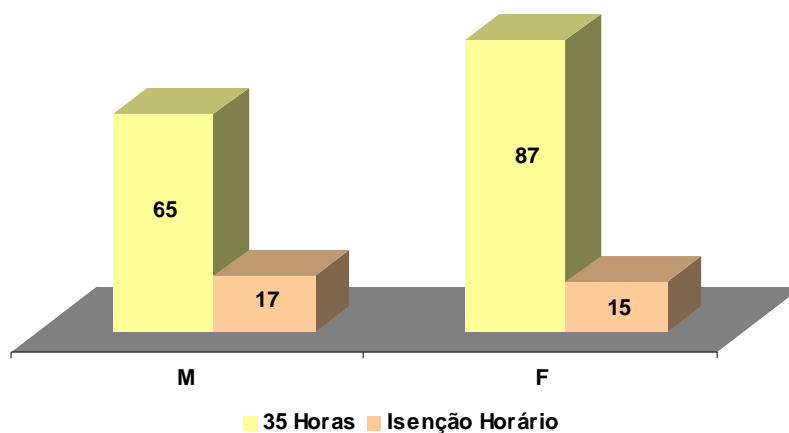
5. Regime de horário

Na análise feita às várias modalidades de horário vigentes na CCDR Alentejo, salienta-se que 134 trabalhadores têm horário flexível, 32 gozam de isenção de horário, 10 têm jornada contínua e 7 têm horário rígido.

Modalidade de horário por sexo



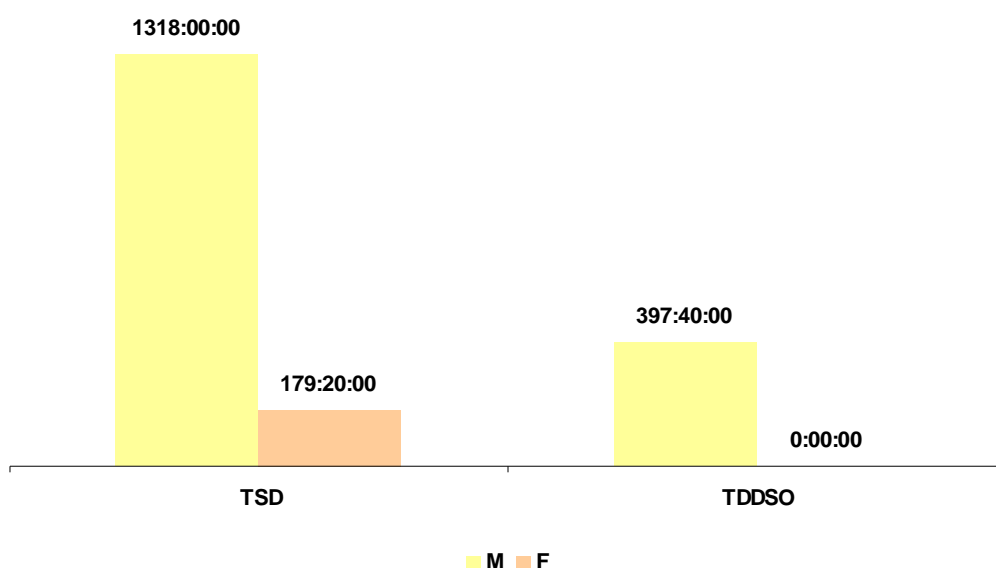
Trabalhadores segundo o Período Normal de Trabalho (PNT)



6. Trabalho suplementar por grupo e período normal de trabalho

No que concerne ao trabalho suplementar por grupo, constata-se uma maior percentagem de horas realizadas nesta modalidade de prestação de trabalho, no grupo dos assistentes operacionais/motoristas.

Contagem de horas de trabalho suplementar, segundo a modalidade e género



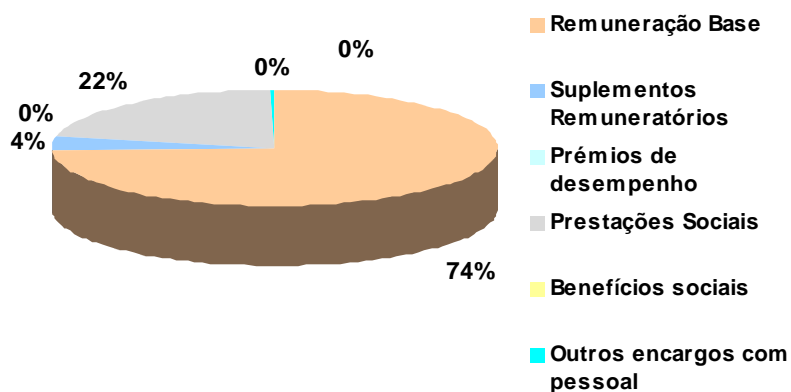
TSD – Trabalho Extraordinário Diurno; TDDSO – Trabalho em Dias de Descanso Semanal Obrigatório

7. Encargos com pessoal em 2017

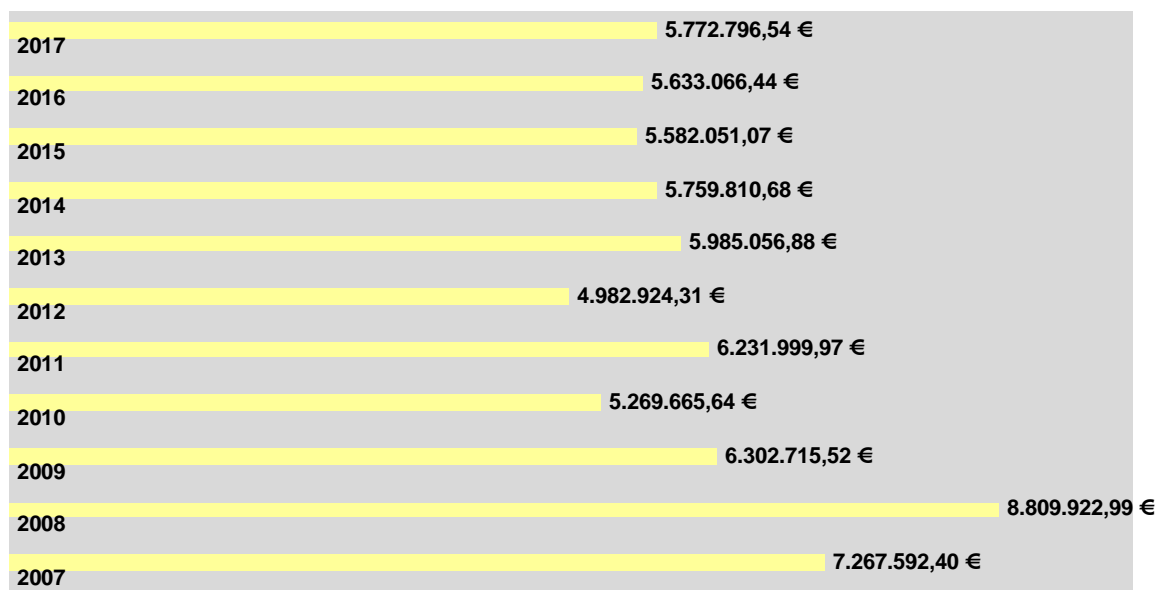
Na análise aos encargos com pessoal em 2017 constata-se que 74% dizem respeito ao abono da remuneração base dos trabalhadores, 22% a prestações sociais e 4% a suplementos remuneratórios.

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base	4.285.289,25 €
Suplementos remuneratórios	212.704,75 €
Prémios de desempenho	0,00 €
Prestações sociais	1.258.216,33 €
Benefícios sociais	0,00 €
Outros encargos com pessoal	16.586,21 €
Total	5.772.796,54 €

Encargos com pessoal



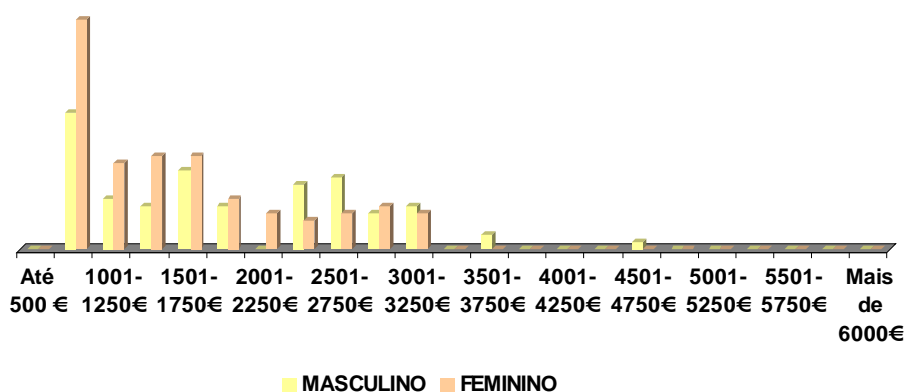
Encargos com pessoal por anos



8. Estrutura remuneratória por género

GÉNERO/ESCALÃO DE REMUNERAÇÕES	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Até 500 €	0	0	0
501-1000€	19	32	51
1001-1250€	7	12	19
1251-1500€	6	13	19
1501-1750€	11	13	24
1751-2000€	6	7	13
2001-2250€	0	5	5
2251-2500€	9	4	13
2501-2750€	10	5	15
2751-3000€	5	6	11
3001-3250€	6	5	11
3251-3500€	0	0	0
3501-3750€	2	0	2
3751-4000€	0	0	0
4001-4250€	0	0	0
4251-4500€	0	0	0
4501-4750€	1	0	1
4751-5000€	0	0	0
5001-5250€	0	0	0
5251-5500€	0	0	0
5501-5750€	0	0	0
5751-6000€	0	0	0
Mais de 6000€	0	0	0
TOTAL	82	102	184

Estrutura Remuneratória, por Género



9. Formação Profissional

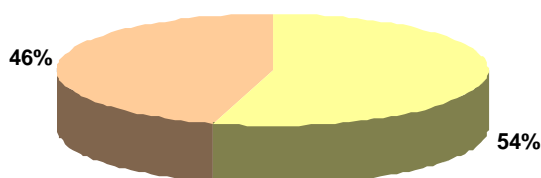
Horas dispendidas em Formação Profissional, em 2017, por grupo, cargo ou carreira:

Grupo/cargo/carreira	Horas dispendidas em ações internas	Horas dispendidas em ações externas	Total de horas em ações de formação
Dirig. sup. 1º grau masculino	3	10	13
Dirig. sup. 2º grau feminino	6	9	15
Dirig. sup. 2º grau masculino	9	93	102
Dirig. interm. 1º grau feminino	3	33	36
Dirig. interm. 1º grau masculino	37	42	79
Dirig. interm. 2º grau masculino	69	57	126
Dirig. interm. 2º grau masculino	32	49	81
Técnico superior feminino	423,5	480	903,5
Técnico superior masculino	182	224	406
Coordenador técnico feminino	20	0	20
Assistente técnico feminino	212	120	332
Assistente técnico masculino	111	22	133
Vigil. da natureza feminino	3	0	3
Vigil. da natureza masculino	12	3	15
Assist. operacional feminino	29	16	45
Assist. operacional masculino	29	0	29
Informático feminino	17	0	17
Informático masculino	54	32	86
Total	1251,5	1190	2441,5

As despesas com as ações de formação em 2017 totalizaram 9.811,50 €.

Tipo de ação/valor	Valor (euros)
Despesa com ações internas	5.343,50 €
Despesas com ações externas	4.468,00 €
Total	9.811,50 €

DESPESAS ANUAIS COM FORMAÇÃO



■ Despesa com ações internas ■ Despesas com ações externas

10. Medicina no Trabalho - Comissão de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

Ciente da importância que a Medicina no Trabalho representa para a organização e, face à necessidade de continuar a dar cumprimento às obrigações legais em matéria de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, previstas na Lei nº 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e nos demais diplomas legais, a CCDRA deu continuidade ao iniciado no ano de 2016, no Contrato de Prestação de Serviços de Saúde no Trabalho com a empresa INTERPREV, proporcionando na sede, durante uma tarde, em 2017, 4 horas por mês, consulta de Medicina no Trabalho com um médico que esteve disponível, até ao mês de Julho, na CCDRA, para atender os trabalhadores que necessitassem.

11. Conclusão

A informação constante do Balanço Social da CCDR Alentejo faz dele um elemento facilitador da gestão do desempenho social e desenvolvimento do capital humano deste Organismo.

Efetivamente os recursos humanos apresentam-se, cada vez mais, como o recurso mais valioso em qualquer organização, pois é deles que depende a capacidade de inovação, adaptação a novas tecnologias e o sucesso no cumprimento de forma eficaz e eficiente dos objetivos organizacionais.

Situar a CCDR Alentejo no seu contexto humano e social a apoiar a tomada de decisão aos níveis do planeamento e gestão nas áreas sociais e de recursos humanos é, pois, o objetivo dos instrumentos de gestão produzidos, nomeadamente o do Balanço Social.

Devemos continuar a trabalhar e a envidar todos os esforços para que a CCDDA seja cada vez mais um organismo dinâmico e empreendedor, servindo o Alentejo, atendendo sempre às pessoas, ao seu desempenho e à sua motivação.

Este Balanço Social retrata a evolução deste organismo nos últimos anos e mostra-nos, de uma forma evidente, que:

1. Existe uma tendência acentuada no envelhecimento dos recursos humanos, importando que os novos quadros técnicos da CCDR Alentejo tenham o necessário tempo de integração na organização, de modo a que sejam um valor seguro, pelo que importará que futuros recrutamentos venham a conseguir inverter a tendência de envelhecimento supra mencionada;
2. Como fator positivo registe-se um maior grau de tecnicidade que os recursos humanos da CCDR Alentejo hoje apresentam, sendo que os grupos de trabalhadores que são titulares de graus habilitacionais mais baixos são atualmente em menor número, notando-se que o grupo dos licenciados apresenta hoje, proporcionalmente, um peso superior, o que permite naturalmente melhores níveis de desempenho da organização.

Dito isto, no ambiente externo em que vivemos, é fundamental proteger e desenvolver os recursos humanos, os quais são o maior ativo para a criação de vantagens competitivas sustentáveis.

O fenómeno do envelhecimento da sociedade e da população ativa tem marcadamente reflexos de âmbito social e económico nas organizações, pelo que a CCDR Alentejo não será exceção, devendo, contudo saber adaptar-se aos novos tempos.

Por outro lado, importará que os recursos humanos sejam capazes de promover as mudanças a que uma organização como a CCDR Alentejo está sujeita e sejam eles os principais atores da modernização do organismo.

12. Anexos – Quadros 1 a 32



Comissão de Coordenação
e Desenvolvimento Regional do Alentejo



RELATÓRIO de FORMAÇÃO PROFISSIONAL

2017

2



ÍNDICE

Introdução	3
1. Análise Global	4
2. Formação interna	8
3. Formação externa	9
Conclusão	12

3



Introdução

A Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira (DSCGAF), é uma unidade de gestão administrativa nos domínios da gestão de recursos humanos, financeiros e de comunicação e no suporte logístico e apoio geral aos serviços que integram a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA).

Integrada na DSCGAF, a Divisão de Recursos Humanos e Administração Geral (DRHAG), tem como atribuições a identificação das necessidades de formação e qualificação profissionais dos recursos humanos, visando a sua maior capacitação para dar resposta aos novos desafios da Administração Pública. Assim, no âmbito dos sucessivos Planos Anuais de Formação, a CCDRA tem vindo a investir na formação contínua dos seus trabalhadores, na medida em que a formação profissional tem um papel determinante e decisivo para a modernização e melhoria na qualidade dos serviços.

Este relatório tem como objetivo sintetizar toda a atividade formativa do ano de 2017, em conformidade com o Regime da Formação Profissional na Administração Pública, consagrado no Decreto-Lei nº 86-A/2016, e apresentar os resultados da gestão do plano de formação de 2017.

4



1. ANÁLISE GLOBAL

No ano de 2017, registaram-se 381 participações em ações de formação, envolvendo 176 participantes.

As ações em que participaram trabalhador(a)s e dirigentes da CCDR Alentejo, independentemente de se tratarem de ações de natureza externa ou interna, são de curta duração e apenas excecionalmente duas destas tiveram uma duração superior a 30 horas (e inferior a 60 horas). No total, em 2017 foram frequentadas 2.441,5 horas de formação profissional.

Verificou-se uma distribuição equilibrada das participações em ações de formação interna, executadas pela CCDRA, e das ações de formação externas, decorrentes de iniciativas pontuais, decorrentes da oferta formativa disponível no mercado, sendo a proporcionalidade entre ações internas e externas de 60% e 40%, respetivamente. Estes dados revelam, por um lado, alguma equitatividade nestas duas modalidades de formação, e por outro lado, a existência de uma margem ainda significativa de ações não planeadas, e que foram frequentadas em função da oferta formativa disponibilizada no mercado.

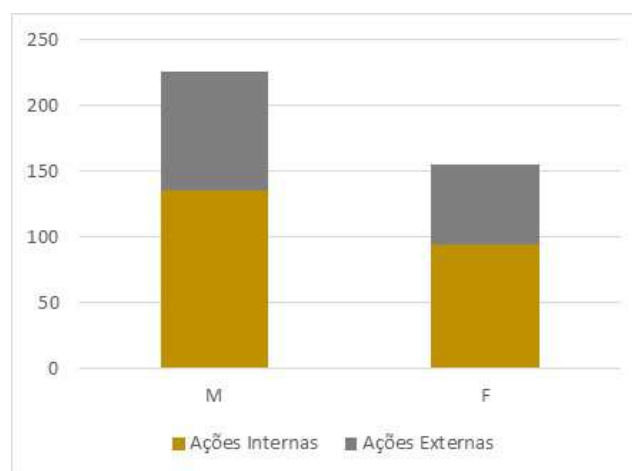
Quadro 1 - Participações em Ações de Formação, segundo a sua duração

Tipo de Ação / Duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	TOTAL
Internas	230	0	0	0	230
Externas	149	2	0	0	151
TOTAL	379	2	0	0	381

5

No que se refere às ações participadas, segundo o género do(a)s participantes, pode concluir-se por que a maioria das participações foi assegurada por trabalhador(a)s e/ou dirigentes do sexo masculino, conforme ilustrado no gráfico seguinte:

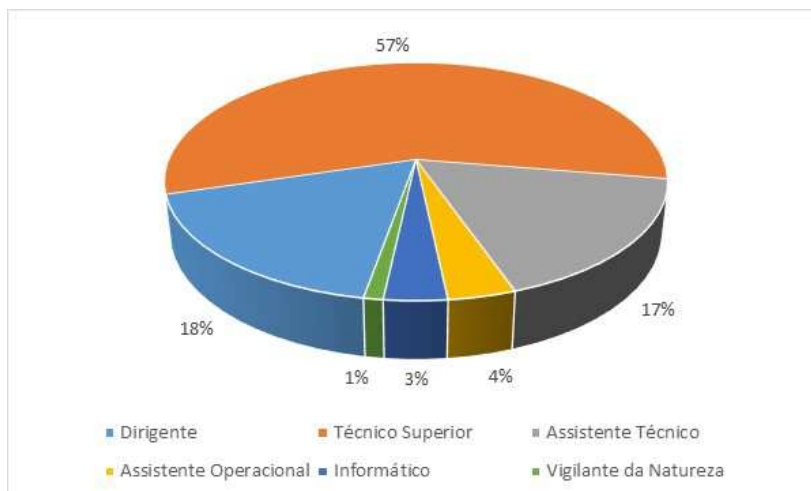
Gráfico 1 – Participações em ações de formação profissional por género



A análise mais detalhada evidencia que, tal como representa o gráfico 2, mais de metade das participações em ações de formação profissional foi assegurada por pessoal integrado na carreira técnica superior, seguindo-se o pessoal em exercício de cargos dirigentes e o pessoal integrado na carreira de assistente técnico. Esta estrutura encontra-se em consonância com a estratificação profissional existente na CCDRA, na medida em que, segundo o balanço social reportado a 31/12/2017, os efetivos integrados na carreira técnica superior representavam, aquela data, cerca de 52% do total de efetivos.

Gráfico 2 – Participações em ações de formação profissional por Cargo/Carreira

6



Em termos gerais, a distribuição das participações em ações de formação profissional por cargos/carreiras e por género, é a seguinte:

Quadro 2 – Participações em ações de formação por Cargo/Carreira e género, segundo o tipo de ação

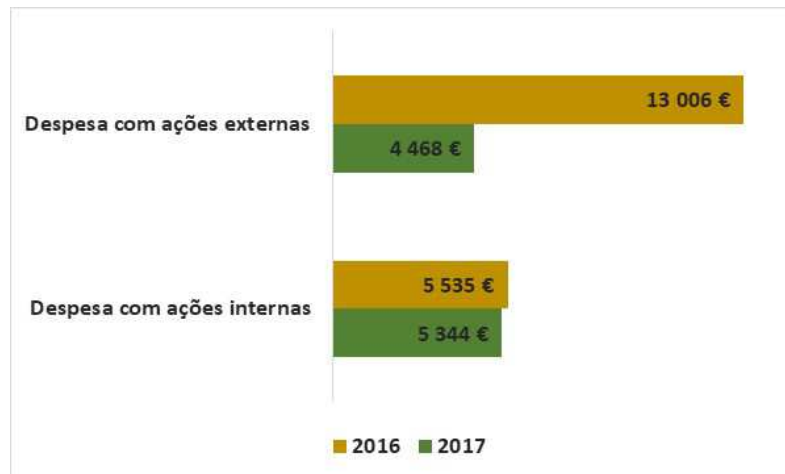
Cargo/Carreira/Categoria		Ações Internas	Ações Externas	Total
Dirigente Superior 1º Grau	M	1	2	3
	F	0	0	0
Dirigente Superior 2º Grau	M	2	2	4
	F	3	9	12
Dirigente Intermédio 1º Grau	M	1	3	4
	F	5	6	11
Dirigente Intermédio 2º Grau	M	11	11	22
	F	7	4	11
Técnico Superior	M	79	59	138
	F	44	36	80
Coordenador Técnico	M	0	0	0
	F	3	0	3
Assistente Técnico	M	33	11	44
	F	16	2	18
Assistente Operacional	M	6	2	8
	F	6	0	6
Informático	M	2	0	2
	F	7	4	11
Vigilante da Natureza	M	1	0	1
	F	3	0	3
TOTAL	M	136	90	226
	F	94	61	155
		230	151	381

7 Estas 381 participações foram asseguradas por 176 participantes, o que representa que, em termos médios, cada participante frequentou 2 ações de formação em 2017.

No que se refere à despesa total suportada com a formação profissional de trabalhador(a)s e dirigentes da CCDRA, esta ascendeu a 9.812 euros, dos quais 5.344 euros correspondem aos encargos com a formação interna e 4.468 euros decorrem das participações em ações de formação externa.

Comparativamente com o ano de 2016, verificou-se uma forte redução, de cerca de 50%, na despesa com formação realizada em 2017, com impacto mais profundo na participação em ações de formação externas.

Gráfico 3 – Despesa com ações de formação profissional



Quanto ao envolvimento global dos efetivos da CCDRA nos processos de formação, aferido através da taxa de participação em formação, pela aplicação do rácio entre o número de efetivos que participaram em ações de formação e o número total de efetivos, verifica-se uma ampla cobertura, que em termos globais é de 95,7%, com uma distribuição bastante uniforme por todos os cargos dirigentes e por carreiras.

Quadro 3 – Taxa de Participação em formação por Cargo/Carreira

8

Cargo/Carreira/Categoria	Efetivos Existentes em 31/12/2017 (1)	Efetivos que participaram em formação em formação (2)	Taxa de Participação (2)/(1)x100
Dirigente Superior 1º Grau	1	1	100,0%
Dirigente Superior 2º Grau ou equiparado	7	7	100,0%
Dirigente Intermédio 1º Grau ou equiparado	8	8	100,0%
Dirigente Intermédio 2º Grau ou equiparado	14	14	100,0%
Técnico Superior	94	91	96,8%
Coordenador Técnico	2	2	100,0%
Assistente Técnico	38	33	86,8%
Assistente Operacional	10	10	100,0%
Informático	6	6	100,0%
Vigilante da Natureza	4	4	100,0%
TOTAL	184	176	95,7%



2. FORMAÇÃO INTERNA

A formação interna reporta-se à realização das ações de formação organizadas internamente pela CCDRA, nomeadamente as enquadradas no respetivo Plano de Formação anual. Contempla igualmente as ações de formação não previstas no Plano anual, mas que, por fatores específicos, designadamente alterações legislativas ou outras, foram consideradas necessárias e estratégicas para o desenvolvimento da atividade da CCDRA.

Neste contexto, o Plano de Formação de 2017 foi elaborado com uma previsão total de 11 ações de formação não realizadas conforme previsto, devido a constrangimentos de várias ordens, entre os quais se salientam fatores financeiros que inviabilizaram a execução de alguns projetos e iniciativas estruturantes para a CCDRA, e que consequentemente, inviabilizaram igualmente a formação profissional que lhe estava associada e planeada para 2017.

Foram, no entanto, promovidas internamente 6 ações de formação não previstas no Plano, cujas temáticas assumiram relevância na atividade desenvolvida pela CCDRA em 2017, decorrentes de

- 9 necessidades identificadas no âmbito da segurança da informação, da gestão da assiduidade e do sistema de normalização contabilística.

Quadro 4 - Ações de Formação Internas

Designação da Ação	Nº de horas/ação	Nº participantes	Custos
Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) 23 e 24 de fevereiro	14	15	1 590 €
Ação de sensibilização no âmbito da segurança da informação	3	160	539 €
Introdução à Fotografia Digital	6	10	Gratuito
Sistemas de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) 8 e 9 de junho	14	11	1 590 €
Implementação do módulo SINGAP/Gestão de Assiduidade	14	26	1 625 €
Lei Orgânica da CCDR Alentejo	2	8	Gratuito
Total		230	5 344 €



3. FORMAÇÃO EXTERNA

No que respeita a formação externa, um número significativo de trabalhador(a)s teve a oportunidade de participar em seminários e conferências sobre matérias nas áreas de ambiente, arquitetura, transformação digital, património e contratos públicos.

Foram igualmente consideradas algumas ações de formação promovidas pelo INA, no contexto da formação específica para o pessoal dirigente, e que contribuíram para o desenvolvimento das suas capacidades e competências, nomeadamente as ações “Gestão de Risco na Administração Pública”, “Liderar, Gerir e Motivar” e “Gestão da Informação em Ambientes Competitivos”.

Destaca-se também a existência de três ações de formação da iniciativa do(a)s trabalhador(a)s, em regime de autoformação, nos termos previstos pelo artigo 16º, do Decreto-Lei nº 86-A/2016, de 29 de dezembro.

- 10 Salienta-se por último o investimento realizado em matéria de formação nas temáticas da segurança, higiene e saúde no trabalho, designadamente em no curso de “Primeiros Socorros”, tendo sido realizadas 3 ações de formação, envolvendo 18 participantes.

Quadro 5 - Ações de Formação Externas

Designação da Ação	Nº de horas/Ação	Nº participantes	Custos
10ªs Jornadas Técnicas Internacionais de Resíduos	21	1	350 €
11º Fórum Nacional de Resíduos-Construir o Futuro: Ameaças, desafios e oportunidades	14	1	542 €
4º Meeting de Resíduos do Alentejo	6	6	80 €
Acordos Quadro e Centrais de Compras	14	1	42 €
ATOM - Access to Memory	7	3	Gratuito
Conferência - Secretariado e Assistentes de Direção	7	1	185€
Conferência "Estratégia Regional de Adaptação às Alterações Climáticas no Alentejo	8	2	Gratuito
Conferência "O ano da transformação digital"- Q-day	8	3	Gratuito
Conferência E- government 2017-A transformação digital do Estado e o desenvolvimento da sociedade	4	2	Gratuito
Conferência Internacional de Arquitetura ARCHISUMMIT 2017	10	1	Gratuito
Conferência sobre "Avaliação de impactes no património mundial"	14	1	100 €
Convergência Económica e Políticas de Desenvolvimento Regional	7	2	Gratuito
Debate Regional sobre Recursos Minerais	3,5	1	Gratuito
Direito para não Juristas	14	5	325€
e-GAR-Guia Eletrónica de Acompanhamento de Resíduos-Faça parte de uma mudança com futuro	2	2	Gratuito

11

Designação da Ação	Nº de horas/Ação	Nº participantes	Custos
Encontro –Sistemas de Informação Geográfica "A Propósito dos SIG"	6	1	Gratuito
GDPR – Talks - Gestão de Proteção de Dados	4	5	Gratuito
Gestão da Informação em Ambientes Competitivos	20	1	200 €
Gestão de Risco na Administração Pública	20	1	200€
Jornada Europeia "La titularidad compartida en las explotaciones agrarias" (auto-formação)	7	1	Gratuito
Liderar, Gerir e Motivar	20	3	600 €
Língua Espanhola	40	2	Gratuito
Mass Training em Suporte Básico de Vida (SBV).	2	4	Gratuito
Novo Código dos Contratos Públicos	28	2	400 €
Plano de Investimento para a Europa	3	2	Gratuito
Plataforma "Parecer Prévio"	4	2	Gratuito
Primeiros Socorros	8	15	900 €
Qualidade do Ar Ambiente e Qualidade do Ar Interior	40	1	Gratuito
Regulamento Geral de Proteção de Dados	14	2	74 €
Road Show sobre alterações ao código dos contratos públicos-Portalegre	3	3	Gratuito
Road Show sobre alterações ao código dos contratos públicos-Beja	3	3	Gratuito
Road Show sobre alterações ao código dos contratos públicos-Évora	3	36	Gratuito
Roadshow Boas Práticas de Valorização das Pessoas	3	5	Gratuito
Ruído Ambiente: Que Problemas? Que soluções?	7	1	Gratuito

12

Designação da Ação	Nº de horas/Ação	Nº participantes	Custos
Seminário "Gestão sustentável do solo em Portugal - Linha de orientação"	8	1	Gratuito
Seminário "Os impactos do FSE em Portugal"	8	1	Gratuito
Seminário "Ilustrar a Transição para a ISO 9001:2015 e ISO 14001:2015"	4	4	Gratuito
Seminário Europeu "How to Prepare and Submit Annual Accounts and Minimize Financial Risks in ESIF 2014-2020"	16	2	Gratuito
Seminário Internacional - "Keep up to date with technological innovation: continuing education" (auto-formação)	14	1	Gratuito
Seminário Internacional "Serviços sociais de interesse geral e coesão territorial: experiências e desafios"	8	6	Gratuito
Seminário Internacional "Challenge Unemployment. What input do we have to make?" (auto-formação)	21	1	Gratuito
Seminário Internacional - Quality education systems and goals of the European models for 2020. Economic and labour-related challenges in the near future	21	1	Gratuito
Seminário territorial de projetos aprovados da 1ª Convocatória do Programa Interreg V-A Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020	7	1	Gratuito
Seminário: Urbanismo para o Futuro das Cidades - mais do mesmo não é suficiente	4	3	Gratuito
Sessão OIRA Escritórios	3	1	Gratuito
Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)	28	1	220 €
SNCP-Plataforma Eletrónica de Contratação Pública	4	2	Gratuito
VIII Jornadas Ibéricas-Infraestruturas Dados Espaciais	21	2	Gratuito

13

Designação da Ação	Nº de horas/Ação	Nº participantes	Custos
Workshop SNC-AP	14	1	220 €
Workshop - Como considerar o fator Território na AIA?	7	2	30 €
Workshop - Sistemas de Construção com Vegetação	3	1	Gratuito
Zoom Smart Cities 2017-Early Bird (general)	6	1	Gratuito
Total		153	4 468 €



CONCLUSÃO

No ano de 2017, os Recursos Humanos da CCDR Alentejo participaram de forma bastante abrangente e diversificada em ações de formação contínua, nomeadamente cursos de formação de curta duração, seminários, encontros, jornadas, conferências e outras ações de caráter similar que contribuíram para o seu aperfeiçoamento profissional, atualizando e aprofundando conhecimentos necessários ao desenvolvimento das suas atividades profissionais.

Não obstante as vicissitudes que condicionaram fortemente o cumprimento do Plano de Formação estabelecido para o ano em referência, foi possível proporcionar alternativas de formação válidas e de importância reconhecida para a valorização profissional de dirigentes e trabalhador(a)s desta instituição, tendo em conta a reformulação do próprio plano de formação interna, bem como a oferta formativa externa disponibilizada por diversas entidades de referência.

Tendo em consideração que o rácio de participações face ao total de efetivos é, em termos médios, de 2 participações por efetivo, aproximadamente, com uma distribuição proporcional por todos os grupos de pessoal e carreiras, pode concluir-se que as atividades de formação profissional

14 desenvolvidas em 2017 na CCDRA deram cumprimento aos grandes princípios definidos no regime da formação profissional na Administração Pública, estatuído no Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, salientando-se o princípio da universalidade, procurando abranger todos os trabalhadores e dirigentes da instituição e o princípio da igualdade no acesso, na medida em que foram proporcionadas iguais oportunidades no acesso à formação profissional a trabalhadores de todas as carreiras.

Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira
Divisão de Recursos Humanos e Administração Geral
março de 2018